

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/03/2021 a 31/03/2021

Indexação: "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/31

12.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -03/03/2021- CD 15:56
Publ.: DCD - 3/4/2021 - CÂMARA DEPUTADOS	DARCI DE MATOS-PSD -SC DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19, em especial aos do Estado de Santa Catarina. Colapso do sistema de saúde catarinense, sobretudo no Município de Joinville, provocado pela epidemia de coronavírus. Suspensão do pagamento de dívidas e repasse, pelo Governo Jair Bolsonaro, de recursos aos Estados e Municípios para enfrentamento da doença. Criação pelo Governo Federal, com o apoio da Câmara dos Deputados, do auxílio emergencial de 600 reais para trabalhadores e famílias carentes. Liberação de recursos federais aos hospitais filantrópicos e às pequenas e microempresas, para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. Alinhamento da gestão da nova Mesa Diretora da Casa com o processo de privatização de estatais, e com a realização de reformas constitucionais necessárias para o desenvolvimento do País, especialmente das reformas tributária e administrativa. Acerto da concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil. Anúncio, pelo Presidente Arthur Lira, de disponibilização de 140 milhões de doses de vacinas. Apoio à criação do auxílio emergencial no valor 250 reais, com pagamento em quatro parcelas. Aprovação e disponibilização ao Governo Jair Bolsonaro, pelo Congresso Nacional, de vultosos recursos para combate ao coronavírus. Autorização, aos Estados, Municípios e à iniciativa, da aquisição de vacina contra a Covid-19. Repúdio ao discurso da Esquerda, especialmente do PT e do PSOL, favorável à queda do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos que nos acompanham pela *TV Câmara*, eu desejo, no espaço do meu partido, me solidarizar com as famílias que perderam seus entes queridos no Brasil, sobretudo em Santa Catarina.

No meu Estado, na minha cidade, Joinville, na minha terra, Sr. Presidente, a exemplo do que passou o Estado de V.Exa., o Amazonas, estamos vivendo um momento difícil. O Governo já mandou pacientes para o Espírito Santo. Há pessoas morrendo por falta de UTI. Estamos vivenciando um verdadeiro caos em Santa Catarina e,

lamentavelmente, em outros Estados.

Sr. Presidente, o Governo Federal, de Bolsonaro, com o apoio da Câmara dos Deputados, diferentemente do que pensa a Oposição radical, tem feito, neste período da pandemia, um esforço hercúleo para ajudar os Estados e Municípios, sobretudo para salvar vidas e para retomar o crescimento econômico do País. Mandamos recursos para os Estados. Em uma postagem do nosso Presidente, muitos Governadores reclamaram, mas essa é a verdade.

O meu Estado recebeu, oriundo do Plano Mansueto, que aprovamos nesta Casa, 1,7 bilhão de reais. Muitos Governadores, como os senhores e as senhoras sabem, utilizaram mal o dinheiro, desviaram os recursos, por isso muitos deles estão sendo investigados e, com seus assessores, com certeza, receberão penas severas, vão parar na cadeia. E não poderia ser diferente.

Sr. Presidente, além desses recursos, na ordem de 60 bilhões de reais, que foram repassados para os Estados, o Governo Federal, com o nosso apoio, suspendeu o pagamento das dívidas, o que significa mais 60 bilhões de reais.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que nós do Governo, com o apoio da Câmara, socorremos a população brasileira com o auxílio emergencial de 600 reais, com os 2 bilhões que foram repassados para os hospitais filantrópicos, com recursos, através do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE, para financiamento subsidiado para as micros e pequenas empresas do Brasil, que seguram a nossa economia, com linhas de financiamento. Enfim, foi feito aquilo que deveria ser feito pelo Governo, com apoio da Câmara dos Deputados, mas estamos vivenciando uma pandemia sem precedentes, uma pandemia que assusta todos nós, que assusta o mundo inteiro; uma pandemia que abalou a economia do Brasil e de todos os países, inclusive dos desenvolvidos.

Sr. Presidente, com a eleição do nosso Presidente Lira, com a nossa chapa, com o Vice-Presidente Marcelo, com os demais Deputados e Deputadas, nós estamos tendo uma gestão independente, mas uma gestão alinhada com os avanços do País, uma gestão comprometida com as grandes reformas que vamos fazer. Numa semana, aprovamos a autonomia do Banco Central, que estava engavetada há 30 anos, Deputado Marcelo. Vamos fazer a reforma tributária, para desengessar o Brasil. Vamos tocar a reforma administrativa, para enxugar o poder público, que é muito oneroso, que é muito lento, que não tem dado respostas para a população e que tem consumido grande parte dos nossos recursos. Vamos tocar o processo de privatização, que é

necessário.

Portanto, eu sou otimista com relação ao Brasil. Com esse alinhamento da Câmara dos Deputados com a agenda econômica do Governo Federal, nós vamos avançar, sim.

E o Presidente Lira, anunciou, nesta semana, em uma postagem, que, até o mês de junho, nós teremos 140 milhões de vacinas disponíveis no Brasil. Aliado a isso, nós vamos aprovar, na semana que vem - está sendo aprovado, hoje, no Senado - o auxílio emergencial. Serão quatro parcelas de 250 reais. Nós gostaríamos que fossem de mil ou 1.500 reais, mas não há recursos. Temos que ser realistas. Nós temos que conceder o benefício conforme as nossas economias, a nossa realidade.

O dia de ontem foi importante, porque nós aprovamos e disponibilizamos para o Governo Federal, para o combate à pandemia, mais 2,5 bilhões de reais. Nós autorizamos a iniciativa privada e, principalmente, os Estados e Municípios a adquirir a vacina, o que vai ser fundamental para enfrentarmos esta guerra. Com muita união, com muita força, com muita sinergia entre os Poderes e com fé em Deus, nós vamos vencer esta pandemia.

Sr. Presidente, eu quero encerrar as minhas palavras - não poderia ser diferente - fazendo referência ao discurso da Esquerda, principalmente do PT, do PSOL, discurso radical que é favorável ao *impeachment*, discurso que propõe a destruição, que propõe a queda do Governo. Neste momento difícil que o Brasil atravessa, nós não precisamos de uma postura dessa natureza. Nós precisamos de união, de força, de sinergia, de propostas, de ideias e de sugestões que nos apontem caminhos para que possamos vencer a pandemia, salvar vidas e, principalmente, estabelecer a retomada do crescimento econômico do País.

Agradeço este espaço, Sr. Presidente, e finalizo com otimismo este pronunciamento. O Brasil é continental! O Brasil está dando certo! O Brasil tem que dar certo! O Brasil vai dar certo!

Obrigado.

Documento 2/31

12.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-03/03/2021-
	CD	19:56
Publ.: DCD - 3/4/2021 -	JOSÉ NELTO-PODE -GO	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Colapso do sistema de saúde no País, provocado pela epidemia de coronavírus. União entre os Poderes da República, os Governadores Estaduais e o empresariado brasileiro, em prol da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Necessidade de cumprimento, pela população brasileira, dos protocolos preventivos da doença recomendados pela Organização Mundial da Saúde - OMS. Importância de realização das reformas tributária e administrativa para a retomada do crescimento econômico do País.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PODE - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Marcelo Ramos, muito obrigado por V.Exa. me conceder a palavra para que eu possa falar em nome do meu partido, o Podemos.

Sr. Presidente, a Nação está doente, o planeta está doente. E nós temos que recuperar o nosso País, recuperar e salvar vidas.

O sistema de saúde está colapsando. Esse colapso só era observado no Estado do Amazonas, em Manaus, mas agora está chegando a todos os Estados da Federação. E há uma guerra política envolvendo o Presidente da República e os Governadores.

Entendo que esta Casa deve ter prudência. A sociedade cobra resultados do Parlamento brasileiro. A sociedade quer vacina.

O Deputado que usou a tribuna outrora apresentou seu "kit COVID". Nada contra o Deputado ou contra suas palavras. Qualquer medicamento que seja eficaz, nós o queremos. No entanto, temos que respeitar a ciência, respeitar os médicos. O que quer qualquer Parlamentar é uma saída, é um medicamento para salvar vidas. Mas, neste momento, esse debate político, a politização das vacinas e a falta de compromisso para a compra de vacinas têm, realmente, custado a vida de quase 270 mil brasileiros, número que pode chegar a 400 mil ou a 500 mil.

Qual é a saída? É a vacina. Não há alternativa. Se houvesse outro medicamento, ele já deveria ter sido aprovado há muito tempo.

Não quero concordar com alguém jogar a culpa em outro alguém. Não é momento de o Presidente jogar a culpa nos Governadores; também não é momento de os Governadores jogarem a culpa no Presidente.

Eu gostaria de conclamar a união dos três Poderes - o Legislativo, por meio do Congresso Nacional; o Executivo, juntamente com os Governadores e os empresários brasileiros; e também a nossa Suprema Corte, o Poder Judiciário -, para juntos acharmos a melhor alternativa, a mais rápida que existir, para salvar a vida de milhares e

milhares de brasileiros.

Mas é preciso também haver responsabilidade. O cidadão que sai da sua casa e vai fazer aglomeração, o cidadão que vai para a vida noturna, sem máscara, sem seguir os protocolos da OMS e os protocolos do próprio Ministério da Saúde, ele não está cumprindo seu papel, não está ajudando o nosso País, porque neste momento nós temos que recuperar a nossa economia, e não se recupera uma economia com uma Nação doente.

Há uma contradição muito grande, embates por todos os lados, Sr. Presidente. Fecha-se comércio, abre-se comércio. E aí vem a pergunta: quem é que vai pagar o aluguel, os impostos que têm que ser pagos? Há hoje uma grande contradição no Brasil. A Nação está dividida. E, com a Nação dividida, jamais nós iremos sair rapidamente desta crise.

Então, nós queremos a unidade dos três Poderes, entre Congresso Nacional, Executivo e Judiciário, para discutirmos nesta Casa, Sr. Presidente, todas as reformas, principalmente a reforma tributária e a reforma administrativa, para que a nossa economia possa ser recomeçada, para dar ao empresário condições de empreender. É isso que nós queremos.

Que conste no programa *A Voz do Brasil* a nossa fala, a fala do bom senso, a fala de quem quer resultados e salvar esta Nação.

Muito obrigado.

Documento 3/31

10.2021.B	Sessão Outro Evento	04/03/2021-10:20
Publ.: DCD - 3/5/2021 -	FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da proposta governamental de reforma administrativa, tendo em vista a existência de dispositivos prejudiciais aos servidores públicos. Contrariedade à redução dos salários e da jornada de trabalho do funcionalismo, preconizada no bojo da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, acerca da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Declaração de voto contrário à aprovação da propositura. Defesa de aprovação dos Projetos de Decreto Legislativo de nºs 24 e 78, de 2021, para sustação dos efeitos do Decreto nº 10.620, de 2021, sobre a competência para a concessão e a manutenção de aposentadorias e pensões, mantidas pelo Regime de

Previdência Social da União, no âmbito da administração pública federal.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas que nos acompanham pela *TV Câmara*, eu me dirijo aos servidores públicos para dizer que sou contra o texto da reforma administrativa da forma como está. É um texto que atinge os servidores públicos como se eles fossem o principal problema do Brasil. Por isso, eu vou votar contra essa proposta.

É bom ficar atento, ainda, à PEC 186/19, a PEC Emergencial. Ela também tem ataques aos servidores públicos. Um deles é a redução do salário e da jornada de trabalho em 25%. Eu também votarei contra esse ataque de Bolsonaro aos servidores públicos federais.

Portanto, servidores, contem comigo nesta luta até a vitória!

Sr. Presidente, eu deixo aqui todo o meu apoio aos aposentados e pensionistas do serviço público federal, que sofrem mais um ataque do Governo Bolsonaro. Além de querer acabar com o servidor público com a reforma administrativa, Bolsonaro atinge os aposentados e pensionistas com o Decreto nº 10.620, de 2021. Esse decreto retira todos os aposentados e pensionistas de seus órgãos de origem. Todos ficarão diretamente vinculados ao Ministério da Economia. Com isso, o servidor perderá o seu vínculo com o órgão de origem, além de seu plano de carreira.

Nossa bancada, do Partido dos Trabalhadores, já apresentou um projeto de decreto legislativo para tentar barrar mais essa maldade do Governo Bolsonaro, um Presidente que tenta a todo custo prejudicar os servidores públicos.

Contem comigo e vamos à luta!

Fora, Bolsonaro!

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e também nas redes sociais da Câmara Federal.

Muito obrigado.

Sumário

Inexistência de consenso para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado. Eu queria apenas fazer aqui uma correção à fala do Deputado Ricardo Barros, Líder do Governo, quando ele disse que a votação seria praticamente consensual.

Não há nada de consensual nesta votação. Os partidos de Oposição estão firmes, são contra, são contra essa granada que o Ministro Paulo Guedes está colocando no bolso do servidor público. Ou pensam que nós esquecemos aquele áudio do ano passado em que ele disse: "*Se abraça com a gente, quando pensa que a gente está distraído, colocamos uma granada no bolso do inimigo*"? Quem é o inimigo? O servidor público. Os servidores do Brasil. E quando falamos de servidor não estamos falando do juiz, do promotor, do fiscal de renda, do auditor fiscal. Nós estamos falando dos professores, dos médicos, daqueles que estão na ponta.

Então não há nada de consensual. A Oposição está obstruindo, está firme, está contra esse absurdo que é incluir um arrocho e uma minirreforma administrativa no texto de uma PEC emergencial, que deveria tratar exclusivamente do socorro àqueles que estão morrendo de fome através do auxílio emergencial.

Para concluir, Presidente, aproveitam-se da fragilidade do momento para tentar incluir uma pauta covarde contra o povo brasileiro, contra o funcionalismo, contra os Estados, contra a ciência e tecnologia e contra a educação.

Então nós estamos aqui firmes. Vamos obstruir e vamos usar todos os instrumentos possíveis da Oposição para impedir esse absurdo contra o povo brasileiro e contra o futuro do povo brasileiro.

Obrigado, Presidente.

Sumário

Razões da obstrução, pelo PDT, da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, particularmente, tenho tido uma postura sempre contrária a obstruirmos matérias, até porque acho que podemos tentar buscar um diálogo que antecede um processo, digamos assim, extremo de obstrução, como talvez tenhamos que enfrentar.

Mas, lamentavelmente, Presidente, em um tema como este eu não posso dizer que está havendo diálogo. Nós estamos querendo votar uma PEC que afeta sobremaneira o serviço público federal, e isso está sendo objeto de discussão na PEC da reforma administrativa. Nós estamos constitucionalizando o fim da Lei da Informática, afetando demais Estados da Região Nordeste, Estados da Região Sul e Estados da Região Sudeste, que precisam dela. Digo isso porque fui Relator da Lei da Informática, quando conseguimos grandes avanços. E esta PEC está acabando com a Lei da Informática.

Portanto, Sr. Presidente, não há alternativa senão obstruirmos a votação, pelo menos para denunciarmos que, em troca dos 250 reais que provavelmente darão, estamos acabando com o Brasil.

Documento 6/31

15.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	09/03/2021-16:52
Publ.: 3/10/2021 -	DCD	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDENS DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	

Sumário

Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Indignação com o tratamento dispensado aos servidores públicos pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Defesa de rejeição da proposta governamental de reforma administrativa. Insignificância do auxílio emergencial de 250 reais

proposto pelo Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) - Presidente, pouco tempo atrás, o Ministro Paulo Guedes chamou os servidores do País de parasitas. O Ministro teve a coragem de usar seu papel de figura pública, figura do Governo, para chamar os trabalhadores que fazem funcionar o serviço público no Brasil de parasitas.

Sinceramente, quando pensamos na PEC do arrocho - e eu queria concordar que não é a PEC do auxílio -, nós precisamos lembrar que 23,5% dos servidores do País ganham até dois salários mínimos. Paulo Guedes chamou esses servidores de parasitas. E esses servidores não são um negócio etéreo, que voa no ar; eles têm nome, trabalho, família. Sabem quanto as merendeiras, que fazem a escola funcionar e muitas vezes têm o papel de cozinheira, ganham no Rio de Janeiro? Ganham 1.340 reais. Elas são parasitas? As professoras - eu sou professora da rede pública do Município do Rio de Janeiro - da educação infantil ganham 2.366 reais. As professoras do ensino fundamental ganham 2.500 reais. Outros professores ganham 2.878 reais. São parasitas esses servidores? Na saúde, está explícita a necessidade de investimento no SUS, na contramão do que está colocado, do que o Governo tem feito de cortes e ajustes. Auxiliar de enfermagem no Rio de Janeiro tem um piso de 1.375 reais. Técnicos em enfermagem no Rio de Janeiro recebem 1.665,93 reais. Todos esses profissionais estão entre esses 23% de servidores que ganham até dois salários mínimos, até 2.200 reais.

Eu queria saber o que Paulo Guedes faz com 2.200 reais!

É uma vergonha, um escândalo colocar em contraposição a essas trabalhadoras que estão à frente no enfrentamento da pandemia, colocando o seu corpo, a sua vida e a da sua família à disposição para enfrentar a crise sanitária no Brasil, a figura do trabalhador que não tem salário e precisa do auxílio emergencial. Vejam: a situação do Brasil é de desemprego e de trabalho informal. Muitas vezes, a técnica de enfermagem tem um filho que é um camelô, tem uma irmã, uma filha ou uma mãe que é trabalhadora doméstica e, neste momento, depende do auxílio emergencial. Vamos aprovar aqui a concessão de ínfimos e vergonhosos 250 reais para essa trabalhadora doméstica, para esse camelô, à custa da possibilidade de congelar o salário da merendeira, sua mãe, e da enfermeira, sua irmã, que muitas vezes é inclusive a única renda da família, o único dinheiro fixo que chega a casa. Nós já vimos esse filme.

A política de austeridade experimentada com o desmonte da Previdência pública, que agora está em curso com a possibilidade da

reforma administrativa, tem alimentado a crise econômica no Brasil, porque tem contribuído inclusive para a perda da possibilidade de consumo do povo brasileiro. As famílias, quando não têm auxílio emergencial, quando têm perda de salário real e explícita, vão depositar menos dinheiro na economia circular. Isso alimenta uma crise, e a crise interessa àqueles que estão o tempo todo com o seu lucro aumentando, aos banqueiros, àqueles que são da escola de Guedes, que chamam o servidor de parasita e querem, vergonhosamente, um auxílio de 250 reais para um povo que está desempregado, sem conseguir comprar o gás de cozinha para fazer o arroz, quando consegue comprar o arroz.

Não podemos aceitar essa chantagem, ainda mais no momento agudo de crise experimentado pelos trabalhadores brasileiros.

Obrigada, Presidente.

Documento 7/31

16.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -09/03/2021- CD	21:44
Publ.: DCD - 3/10/2021 -	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, realmente é necessário que se diga que a PEC tem um conteúdo nefasto. São 15 anos de congelamento. Então, ela é parceira da Emenda Constitucional nº 95 e antecede a reforma administrativa. Essa tríade diabólica irá destruir o Estado brasileiro.

Eu sou uma das coordenadoras da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público. Lá a PEC é rejeitada. Ela é repudiada por policiais, profissionais de saúde, profissionais da educação, porque ela desorganiza não somente a vida do servidor, mas também os serviços públicos.

Por outro lado, a emenda que trata do auxílio emergencial se refere a ele como residual. De fato, 250 reais é um resíduo que não garante comida na mesa dos 60 milhões de brasileiros que ainda precisam desse auxílio...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 8/31

16.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -09/03/2021- CD 21:56	
Publ.: DCD - 3/10/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa da edição de medida provisória sobre o restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero me manifestar contrariamente ao relatório, contrariamente à PEC 186, entendendo, primeiro, que o Governo teria condição de fazer o que deveria ser feito e que o povo brasileiro está pedindo.

Todos os 513 Deputados têm se manifestado ao longo desse tempo. O Governo, diga-se de passagem, deixou à míngua, a partir do mês de janeiro, o povo - povo que não tem auxílio emergencial, povo que está entrando na miséria, povo que está começando a passar fome, povo que está passando dificuldades no pior momento da pandemia.

Hoje, infelizmente, quase 2 mil pessoas faleceram no nosso País. Nós estamos vendo a situação das UTIs. Pessoas estão morrendo por falta de UTI, médicos estão tendo que escolher quem vai morrer e quem vai viver, e o povo está sem o auxílio emergencial.

O Governo Federal, que não tem sensibilidade nenhuma com as pessoas mais pobres, mas tem compromisso com os banqueiros - nessa PEC, ele mostra que tem compromisso com os banqueiros, na medida em que utiliza recursos de fundos muito importantes para o nosso País para pagar a dívida; portanto, para pagar aos banqueiros -, simplesmente virou as costas para o povo e agora nos entrega um verdadeiro cavalo de troia.

O Governo Federal está enganando, está chantageando os Deputados, na medida em que nós poderíamos estar votando só o auxílio

emergencial, que interessa ao Brasil, e ele está querendo fazer uma reforma fiscal; uma reforma administrativa; uma reforma que prejudica os servidores públicos, que vão ficar sem aumento salarial, sem promoções, sem progressões, que vão ficar dentro de quadros enxutos, porque não haverá concurso público. A PEC Emergencial prejudica, ainda, o próprio serviço público, na medida em que investimentos não poderão ser feitos, quando se atingirem 95% da receita corrente líquida.

Ora, o que está acontecendo nos outros países? Nos outros países, como os Estados Unidos, trilhões de dólares - recursos públicos - estão sendo investidos para retomar a economia. E o Brasil está agarrotando, o Brasil está fazendo o movimento contrário. Essa política não leva a lugar nenhum!

Os discursos que já foram feitos lá atrás sobre a reforma trabalhista, sobre a PEC do Teto de Gastos, que era a PEC do Fim do Mundo, e sobre a reforma da Previdência deram no que deram: eram discursos para inglês ver; eram discursos para enganar os Deputados que votaram de boa vontade naquele momento, pois os resultados simplesmente não vieram para a economia e para o nosso povo.

Então, não dá para votar esta PEC.

Presidente Arthur Lira, faça um apelo ao Presidente Bolsonaro para que ele mande uma medida provisória amanhã tratando do auxílio emergencial que nós vamos votá-la, com todo o prazer, e tentar restituir os 600 reais.

No ano passado, houve mais de 300 bilhões de reais em investimentos, e agora, só 44 bilhões de reais, que não dão conta do desafio colocado neste momento. A população está sofrendo não só com a falta do auxílio emergencial, mas também com a carestia que está aí: o gás de cozinha custa mais de 100 reais; o pacote de 5 quilos de arroz custa mais de 40 reais; a gasolina, em alguns Municípios do Estado do Acre, custa 7 reais. A situação está muito ruim. O preço da energia elétrica está alto. O povo está sofrendo demais!

É preciso haver auxílio emergencial, mas sem prejudicar servidores, sem retirar direitos e, sobretudo, com investimento que possa fazer com que o nosso povo volte a viver bem e a nossa economia seja retomada.

Obrigado, Sr. Presidente.

CD 22:00
Publ.: DCD - 3/10/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Posicionamento do orador favorável à extinção da estabilidade dos servidores públicos.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente Arthur Lira, nobres colegas, é uma honra estar nesta sessão.

Estamos votando a PEC 186, a PEC Emergencial, que pensa no melhor para o Brasil. Vai modernizar, vai atualizar a gestão das contas públicas. Não tenho a menor dúvida disso.

Nós temos que, neste momento, pensar no Brasil, deixando de lado os interesses pessoais, os interesses corporativistas. É hora de olhar a floresta e esquecer sua árvore.

Está-se falando muito que funcionários públicos serão prejudicados aqui e ali. Todos têm que dar a sua parcela de contribuição! Nesta pandemia, quem não está perdendo nada é o funcionário público. Esse continua recebendo, mesmo estando em casa, e o resto da população brasileira, que é a imensa maioria, que empreende - os empresários, os profissionais liberais, os vendedores de pipoca, os engraxates, as pessoas que dependem da sua luta diária -, está sofrendo muito, muito nesta pandemia. Não dá para entender a situação do Brasil!

Vem aí a reforma administrativa, e eu sou a favor de acabar com a estabilidade para o funcionário público. Na empresa privada, se não trabalhou, vai embora. Na empresa pública, tem que ser da mesma maneira: se não trabalha, vai embora. Todos têm que dar o suor pelo seu País. O trabalho dignifica! Sem essa de vantagem! Temos que entender neste momento que o que vale é pensar na floresta, pensar no desenvolvimento do Brasil. Patriotismo acima de tudo! Quem olha para o seu umbigo não é patriota. Olhe o todo: se a floresta crescer, todas as árvores crescem.

Eu digo aos nobres colegas, alguns dos quais tentam votar com a emoção, que é momento de usar a razão. A razão tem que se sobrepor à emoção sempre, sem demagogia!

Esta PEC é excelente; é boa para o Brasil. Estamos liberando 44

bilhões a mais. O Governo Bolsonaro vai totalizar quase 350 bilhões em auxílio emergencial! Se fosse um Governo de esquerda, teria feito isso? Duvido! Teria continuado com a corrupção, com obras superfaturadas, com o petrolão e por aí afora.

Então, eu peço a V.Exas. que votem com a razão, deixando a emoção de lado. Eu vejo: a emoção está florescente, está patente!

Há pouco, disse um Deputado do PT que eu parecia uma metralhadora giratória. Não sei se isso é elogio ou ofensa, mas eu digo ao Deputado que se enganou. Eu não sou uma metralhadora giratória; eu sou um multimíssil nuclear, atualmente, sem ogivas nucleares. Estou calmo! Na hora em que precisar, eu vou com força. Mas a minha luta é sempre pelo melhor para o Brasil. Não sou corporativista. Sou um Deputado que defende todos os segmentos da sociedade. Não sou de A, de B, de C ou de E. Eu sou um comunicador, um jornalista e trabalho, desde a minha infância, com todos os segmentos da comunidade e da sociedade brasileira. Então, eu sei que temos que olhar o todo, o universo, a floresta, e não a sua arvorezinha.

O corporativismo acabou. Pense no todo! Pense nas pessoas de outras profissões! E deixo bem claro: funcionário público que não trabalha, com a reforma que vem aí, terá que ser demitido. Vence-se na vida com trabalho. O trabalho dignifica! É isso que temos que fazer.

Esta PEC é excelente. É uma PEC que pensa no melhor para o Brasil. E, se V.Exa. quer o melhor para o Brasil e não ficar olhando o seu umbigo, vai votar a favor da PEC. Pense um pouco: "*Pensando bem, eu acho que estou olhando o meu umbigo, estou olhando o meu lado*". Olhe o lado dos irmãos brasileiros que estão precisando muito desse auxílio neste momento difícil.

Obrigado, Presidente. É uma honra estar participando desta sessão.

Documento 10/31

16.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-09/03/2021-
	CD	22:08
Publ.: DCD - 3/10/2021 -	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Perseguição política praticada contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo então Juiz Federal Sérgio Moro e pelo Procurador da República, Deltan Dallagnol, no âmbito da Operação Lava-Jato. Caráter genocida do Governo Jair Bolsonaro.

Repúdio à proposta governamental de criação do auxílio emergencial de 250 reais. Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu escuto os Parlamentares à vezes, e agora acabo de ouvir uma pessoa dizer que é preciso olhar a floresta, e não a árvore. Nós vemos bem a situação das florestas do Brasil, a que o Governo Bolsonaro dá fogo.

Eu escuto um Parlamentar dizer que é preciso demitir funcionários públicos, acabar com a estabilidade do funcionalismo público. Decerto porque querem continuar com o empreguismo que estão fazendo no Governo Federal!

Nunca houve um governo tão corrupto quanto o Governo Bolsonaro, que é um Governo de corruptos. Aliás, uma corrupção que inicia por onde ele foi gerado. Ele foi gerado junto com a serpente que hoje foi enfrentada no Supremo Tribunal Federal.

Está nítido e claro o que significam um Sergio Moro, um Dallagnol, que usaram os espaços da Justiça e do Ministério Público para fraudar as eleições, tirando a candidatura do Presidente Lula - contra quem nada há, então, porque caem por terra as acusações.

Na verdade, agora está claro que tudo foi feito para eleger o Governo genocida. Tudo isso foi feito para eleger um Governo que está nos deixando dentro da maior crise sanitária, humanitária e econômica; um Governo que está nos isolando do mundo; um Governo que usa as pessoas mais e quer se aproveitar delas.

Esse Governo quer reduzir o auxílio emergencial a 250 reais. Mas não é só isso: com uma chantagem explícita, faz, de forma embutida, uma emenda que modifica a Constituição de forma perene, de forma permanente; que rasga, mais uma vez, a Constituição, para fazer uma reforma administrativa, uma reforma de caráter financeiro, exclusivamente para o seu lucro.

O Governo Bolsonaro deve estar fazendo as contas das mortes e do que significa o menor gasto. O Governo Bolsonaro é só o ajuste fiscal, é só a aplicação da Emenda Constitucional nº 95, é só o ataque às universidades e aos institutos federais, é só o ataque ao Sistema Único de Saúde.

Enquanto enfermeiras, médicos, médicas e técnicas estão dando a vida pelos demais brasileiros, o Governo corta o Orçamento da saúde para 2021. Enquanto as pessoas têm fome, o Governo deixa de baixar

uma medida provisória para garantir o auxílio emergencial, o que ele poderia ter feito, nem que fosse para pagar os pífios duzentos e cinquenta reais - duzentos e cinquenta reais, com os aumentos da gasolina, não permitem que a pessoa compre um bujão de gás por mês e mais um rancho, algo que possa alimentar uma família.

Que Governo é esse?! Entre as atribuições do Estado - entre as primeiras atribuições do Estado! - está a de prover o necessário para o seu povo. Esse Governo desmonta tudo o que é público. O Governo acaba, por exemplo, com a PETROBRAS.

O filho do Presidente precisa explicar o que fazia em uma reunião daqueles que conspiravam contra o Presidente eleito dos Estados Unidos. E precisam explicar por que foram a Israel passar um vexame daqueles, por não saberem nem sequer usar máscaras.

Esse Governo precisa explicar tanta coisa! Mas caiu a farsa do Moro, como cai a farsa de um Governo que mata, porque se omitir é matar, assim como é matar negar alimentos aos que precisam, fazer com que as pessoas batam nas portas das casas para buscar o que comer, porque não têm comida em casa. E é isso o que estamos vivendo!

Levar as pessoas a fazerem isso, condenar brasileiros e brasileiras a esse sofrimento é ferir a dignidade humana, é investir na tragédia, é transformar os hospitais em lugares que fazem parecer que a morte e a guerra vão vencer.

Neste momento, talvez estejam vencendo, porque há um Governo Bolsonaro do lado das mortes, sem nada fazer. Mas nós podemos reagir, dizer "Fora, Bolsonaro!" e votar "não" a essa PEC, que é uma vergonha.

Muito obrigada.

Documento 11/31

17.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -09/03/2021- CD	00:56
Publ.: DCD - 3/10/2021 - RICARDO BARROS-PP -PR		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Publicação de nota do Governo Federal a respeito da Lei de Informática. Pedido aos Deputados de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de

ajuste fiscal.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas lembrar que, em relação a esta PEC, nota do Governo foi publicada sobre a Lei de Informática, deixando claro que a Lei de Informática será encaminhada para o plano de redução dos incentivos exatamente como está hoje em vigor e que também as questões referentes às corporações serão debatidas na reforma administrativa, que será admitida na CCJ certamente como prioridade e que será votada, se tudo correr bem, ainda do primeiro semestre. Portanto, alguma questão que precise ser revista poderá ser considerada na reforma administrativa.

Então, peço o apoio de todos os Srs. Parlamentares para que tenhamos esta votação da PEC, a PEC do Auxílio Emergencial. Depois, nos destaques, discutiremos detalhadamente os temas que ainda se encontram pendentes e vamos trabalhar no sentido de convencer, em cada debate, que é oportuno manter o texto do Relator, o Deputado Daniel Freitas.

Documento 12/31

17.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -09/03/2021- CD	00:56
Publ.: DCD - 3/10/2021 -	SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Pedido aos Líderes governistas de aprovação de requerimentos de destaques relativos aos servidores públicos, oferecidos à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal, ressalvados os destaques.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu nem iria mais falar, mas acho importante registrar aqui pronunciamento do Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros, que deixa claro que o Governo reconhece que esta PEC causa problemas às carreiras nos Estados e ao serviço público federal. Ele faz aqui um compromisso público, o de corrigir, na PEC da Reforma Administrativa, essas distorções.

É importante que o Governo assuma essa posição, porque deixa claro que não estamos blefando nas nossas avaliações. Mas o Governo pode corrigir algo ainda por meio dos destaques. Amanhã votaremos

destaques que podem corrigir essas distorções, essas injustiças.

Portanto, fazemos o apelo para que o Governo nos acompanhe nos destaques, para que possamos corrigir aquilo que ele se propõe a corrigir na reforma administrativa.

Documento 13/31

17.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-09/03/2021-
	CD	01:00
Publ.: DCD - 3/10/2021 - VITOR HUGO-PSL -GO		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Deputado Daniel Freitas, Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Aperfeiçoamento da propositura pela Câmara dos Deputados.

O SR. VITOR HUGO (Bloco/PSL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria agradecer ao Deputado Daniel Freitas e parabenizá-lo pela coragem de ter assumido um tema tão complexo e, ao mesmo tempo, tão importante para o País. Participamos de diversas reuniões juntos, inclusive com o Presidente da República, também com V.Exa., o Presidente da Câmara, com Ministros de Estado, para compreender a complexidade e a importância desse tema. O Deputado Daniel foi um soldado, um guerreiro do Brasil, do Governo e, agora, de todas as pessoas que vão ser beneficiadas com a aprovação do auxílio emergencial.

Tenho certeza de que uma série de discussões sobre temas desta PEC vamos retomar em PECs posteriores. Cito, por exemplo, a da reforma administrativa e a da reforma tributária. Teremos oportunidade de aperfeiçoar também nesse momento o texto que veio do Senado.

Deputado Daniel, parabéns! Muito obrigado pela coragem de assumir um tema tão complexo.

Documento 14/31

17.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-09/03/2021-
	CD	01:00
Publ.: DCD - 3/10/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
	ORDEM DO DIA	

Sumário

Retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros pelas reformas previdenciária e trabalhista. Retirada de direitos dos servidores públicos pela reforma administrativa e pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, desde que se reiniciou no Brasil esse processo de fazer o que a Direita chama de reformas, o povo brasileiro vem perdendo direitos.

Na reforma trabalhista, aconteceu isso. Juraram que milhões de empregos iam ser criados no Brasil. Não foi verdade. Essa reforma acabou com vários direitos trabalhistas, com a CLT, e empregos não foram criados.

Depois, veio a reforma previdenciária, que também tirou direitos dos trabalhadores brasileiros do serviço público e do setor privado, dando na Previdência um golpe de morte.

Agora vem esta PEC 186, e o Líder do Governo já anunciou que, em 60 dias, quer aprovar a reforma administrativa, aquela que vai acabar com a estabilidade e o serviço público brasileiro. É preciso que haja reações maiores da sociedade brasileira. Hoje, fizemos a resistência aqui, mas teremos que fazer a resistência nas ruas contra esse desmanche do serviço público no Brasil.

Documento 15/31

17.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-09/03/2021-
	CD	01:12
Publ.: DCD - 3/10/2021 -	RICARDO BARROS-PP -PR	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Importância de votação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Relevância das reformas previdenciária, administrativa e tributária. Defesa da aprovação de projetos estruturantes para a realização de investimentos privados na infraestrutura pública brasileira. Necessidade da aquisição de vacinas contra a Covid-19 pelo Governo brasileiro, não obstante à produção de imunizantes pelo Instituto Butantan e pela Fundação Oswaldo

Cruz - FIOCRUZ.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje nós estamos enfrentando um problema que se agrava no País, em função da pandemia, e o fazemos votando aqui uma PEC que permite, dentro das regras do ajuste fiscal, abrir uma exceção para podermos pagar o auxílio emergencial. Esta é mais uma demonstração do Presidente Jair Bolsonaro de preocupação com a população afetada pelo isolamento, em razão da crise de saúde estabelecida em função da COVID-19.

Temos, sim, que avaliar que este gesto, esta PEC de autoria do Senador Marcio Bittar, a chamada PEC Emergencial, que, por muito tempo, foi discutida no Senado Federal - nós acompanhamos o debate -, tem sido objeto de ampla discussão. Nós quase a votamos no fim do ano passado, olhando para a perspectiva de dar aos brasileiros a garantia de que o Estado brasileiro, de que o Governo brasileiro, de que o Presidente Bolsonaro e o Ministro Paulo Guedes se preocupam em transmitir estabilidade, segurança jurídica e capacidade de manter as contas públicas em dia.

Nós sabemos que o preço dos alimentos está diretamente ligado ao valor do dólar. Nós somos provavelmente um dos maiores exportadores do mundo de proteínas, de alimentos, de grãos. Todos esses preços, lembremos, são cotados em dólar. Portanto, nós precisamos que haja tranquilidade dos agentes que financiam o Brasil e seu desenvolvimento, para que eles percebam que estamos olhando com seriedade, com tranquilidade e com especial atenção para a garantia das contas públicas.

A reforma da Previdência nos deu 800 bilhões de reais em economia em 10 anos. A reforma administrativa, já entregue a esta Casa, vai nos permitir, ao longo de algumas décadas, um Estado brasileiro mais leve, mais eficiente, com meritocracia e com a capacidade de reconhecer o servidor público que trabalha, que se dedica, que faz a prestação de serviço à população, para que ele possa, sim, ser premiado e possa construir sua carreira, sendo diferenciado pelo seu desempenho. A regra atual não permite isso.

Nós teremos um Estado com progressões, com 25 níveis de progressão no serviço público. Hoje muitas carreiras já entram praticamente no teto salarial de cada nível de carreira do serviço público. Então, o Estado será muito leve, muito eficiente, muito capaz de prestar um serviço público de qualidade no futuro. Hoje o Brasil gasta 14% do Produto Interno Bruto para financiar a máquina pública. O Japão gasta 5%; a União Europeia gasta, em média, 9%. Nós podemos, sim, ter um Estado mais leve e mais eficiente. Este é o

objetivo da reforma administrativa.

A reforma tributária, que também segue em discussão nesta Casa, vem no sentido de simplificar a vida do contribuinte brasileiro, permitir que cada vez mais nossos contribuintes possam recolher os impostos de forma mais simples, ter menos funcionários no setor de arrecadação, de pagamentos de impostos, e mais funcionários no chão das fábricas, o que diminui o Custo Brasil, simplifica o número de impostos, garante a Estados, Municípios e União uma receita segura, através do Imposto sobre Valor Agregado, proposta que deve surgir da nossa reforma tributária. A simplificação, em especial, é fundamental para nosso contribuinte. Estes são, portanto, os desafios que nós enfrentamos, os maiores desafios.

Nós temos, também, a Lei do Gás, o Veto do Saneamento. Temos o licenciamento ambiental, a regularização fundiária, a cabotagem, matéria que está no Senado, entre inúmeros projetos estruturantes que permitirão investimentos privados na infraestrutura pública para que o Brasil seja mais competitivo e nós tenhamos um Custo Brasil menor, e, assim, nós possamos concorrer de forma muito mais eficiente neste mercado globalizado em que nos encontramos.

A vacina é um grande desafio. O País precisa comprar vacinas. Nós somos um país privilegiado, porque temos fábricas de vacinas aqui. Nós não dependemos exclusivamente de importação. A FIOCRUZ e o Butantan já estão produzindo vacinas de outros laboratórios e já iniciam a produção de vacinas aqui no Brasil, o que vai assegurar que a crise sanitária seja dirimida com mais tranquilidade no nosso País.

Nós já somos o sexto no mundo em maior número de vacinados e estamos em 22º lugar em mortes por milhão. Portanto, nós temos cuidado bem dos nossos doentes. Muitos países de primeiro mundo têm mais mortes por milhão de pessoas que o Brasil. Nós temos também um grande volume de pessoas já vacinadas, porque o SUS nos dá estrutura para isso.

Então, Presidente, aqui fica o nosso apelo para que aprovemos esta proposta de emenda constitucional chamada PEC Emergencial. Que, através dela, possamos socorrer os brasileiros que necessitam de apoio do poder público neste momento em que a pandemia paralisou a sua atividade produtiva e que, ao mesmo tempo, possamos demonstrar aos mercados - e eu falo no sentido daqueles que financiam o País, o nosso desenvolvimento, a nossa Bolsa de Valores, as nossas empresas - que o Brasil é um país sério, que cuida com muita atenção do equilíbrio das contas públicas!

Vamos comemorar a aprovação desta proposta de emenda constitucional, porque estamos criando uma cláusula de calamidade.

Toda vez que tivermos um problema como esse da COVID, uma enchente, uma barragem rompida, qualquer tipo de calamidade, o Prefeito, o Governador e o Presidente da República poderão acionar essa cláusula de calamidade e imediatamente gastar os recursos necessários para socorrer a emergência e, ao mesmo tempo, conter as despesas correntes, as despesas de custeio, para que o atendimento da emergência não cause grande impacto no endividamento público, que é a grande preocupação do País neste momento.

Nós tínhamos 70% de relação dívida/PIB, já temos praticamente 100% de relação dívida/PIB e não podemos continuar avançando em emissão de títulos para financiar o futuro do País. Há 8 anos, Sr. Presidente, o Brasil gasta com o seu custeio mais do que arrecada. São 8 anos de déficit fiscal primário, e vamos ainda permanecer por alguns anos nessa direção, mas precisamos tomar as decisões corretas. Fizemos a reforma da Previdência, faremos a administrativa, faremos a tributária, para que o País possa ficar no azul, arrecadar mais do que gasta, investir mais, ser mais competitivo e dar oportunidade aos nossos jovens, que querem um futuro melhor.

É isso. Aqui fica, sim, o compromisso do Presidente Bolsonaro de conduzir o País para um grande momento de desenvolvimento e de melhor atenção àqueles que mais precisam do Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 16/31

18.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/03/2021- CD	14:40
Publ.: DCD - 3/11/2021 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Inadmissibilidade de retirada de direitos dos servidores públicos civis e militares pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Protesto contra o valor do auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal e a redução do número de beneficiários.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente.

Queria chamar a atenção deste Plenário: neste momento, nós temos centenas e centenas de pesquisadores dentro dos institutos de

pesquisas, milhares de médicos, profissionais de saúde, dentro dos hospitais brasileiros e milhares de profissionais da segurança pública nas ruas, tentando cuidar do povo brasileiro.

Nós temos a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, as Polícias Militares, os trabalhadores em educação, os trabalhadores em saúde e os pesquisadores sendo injustiçados por uma PEC que traz embutida a reforma administrativa. Isto é injusto: um servidor trabalhar e não poder receber por aquilo que ele produz, não poder ter a sua progressão. A PEC é ainda mais injusta quando corta em mais da metade o número de pessoas que teriam o direito de receber o auxílio emergencial e não vão receber.

É pouco o valor de 250 reais para uma família sobreviver. Nós precisamos manter os 600 reais. É para isso que nós estamos apelando aqui. Não dá para - enquanto a pandemia aumenta, piora, com mais mortes ainda - o povo não ter dinheiro para comer, e o servidor público saber que vai passar a noite trabalhando e não vai poder ter progressão no seu salário, não vai poder ter vantagens. Assim estão se sentindo os trabalhadores da segurança pública, os médicos profissionais de saúde, os pesquisadores dentro dos laboratórios, os trabalhadores em educação: enganados pelo Governo Bolsonaro. Todos foram enganados por um Governo que manda para esta Casa uma reforma administrativa dentro de uma PEC que acaba com o auxílio emergencial.

Nós não podemos achar que estamos trabalhando corretamente quando este Parlamento se permite cometer tanta injustiça contra os servidores públicos e contra os pobres deste País. É preciso corrigir as injustiças. O Governo Bolsonaro está atendendo ao Guedes, que aos bancos, mas nós, esta Casa, tem que atender ao povo que precisa.

Muito obrigada.

Documento 17/31

18.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/03/2021- CD	15:04
Publ.: DCD - 3/11/2021 -	DANILO CABRAL-PSB -PE	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Inexistência de incompatibilidade entre o equilíbrio fiscal e o equilíbrio social. Contrariedade à desvinculação de receitas tributárias de fundos sociais, preconizada na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

Recrudescimento das desigualdades sociais brasileiras. Necessidade de retomada do auxílio emergencial. Defesa da taxaço de grandes fortunas. Realizaço das reformas tributária e administrativa.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho aqui expressar de forma mais clara a posição do nosso partido, o PSB, acerca deste debate.

No nosso entendimento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nesta questão que está sendo discutida, alguns que são contra a PEC, que são contra o pagamento do auxílio emergencial lançam uma falsa dicotomia em torno desse debate, como se quem defendesse o auxílio emergencial, em fortalecimento do Estado brasileiro, fosse, de alguma forma, a favor de um desequilíbrio fiscal. Esse é um argumento falacioso.

Nós, do PSB, defendemos, sim, o equilíbrio fiscal. Nós entendemos que o equilíbrio fiscal é, também, uma conquista da sociedade brasileira que vem lá da década de 90 e é um valor que precisa, sim, ser preservado.

Mas, além do equilíbrio fiscal, nós também defendemos o equilíbrio social. E no nosso entendimento, não há incompatibilidade de um com o outro. A questão é simplesmente que façamos as escolhas e saibamos quem, de fato, deve pagar a conta do Estado brasileiro. Esse é o debate que nós precisamos fazer.

Quando falamos aqui dos cortes que foram feitos no decorrer da história, nós vemos que quem sempre tem pagado essa conta, Deputado Henrique Fontana, é o lado mais fraco do Estado brasileiro. Esse mesmo debate do equilíbrio fiscal, do ataque ao Estado e aos servidores públicos nós vimos, por exemplo, no debate da implantação da PEC do Teto dos Gastos. Esse foi um argumento que surgiu lá atrás também. Nós da Oposição alertamos, de forma muito objetiva, que o teto representaria que iríamos tirar recursos da educação, da saúde pública, do SUAS.

E o que ficou de fora do teto? Para lembrar quem está aí defendendo esse falacioso argumento dessa contradição entre equilíbrio social e equilíbrio fiscal, o que ficou fora do teto foi justamente o pagamento de serviços da dívida. Os bancos, os velhos bancos, que sempre ganharam tudo, aqui, neste País. O serviço da dívida ficou de fora, lá atrás, na questão do teto dos gastos.

Agora, nesse debate da PEC Emergencial, vemos que o argumento para tirar recursos dos fundos que financiam tantas políticas



importantes na segurança, no combate às drogas, nas telecomunicações, na ciência e tecnologia, é que os recursos dos fundos devem ir também para pagar serviços da dívida. É o mesmo e velho argumento, mais uma vez, que já foi usado na reforma da Previdência, também, atacando servidores. Tudo isso numa lógica de carrear recursos do Estado brasileiro para o sistema financeiro. É esse o argumento que está posto.

Nós não concordamos com isso. Nós achamos que, se é para haver contingenciamento, então se contingenciem todos. O Orçamento público brasileiro, Deputada Alice Portugal, é consumido 45%, 50% com o serviço da dívida. Eu não vejo um Parlamentar abrir a boca para questionar o engessamento do serviço da dívida no Orçamento público brasileiro.

Eu ouvi o Deputado Marcelo Ramos falar aqui, agora há pouco, e citar o exemplo de uma dona de casa que não tem recursos para pagar uma empregada doméstica ou para pagar uma dívida de dentro de casa. Quando se tem uma conta dentro de casa, quando o sujeito tem um cartão de crédito que está com a dívida alta, a primeira coisa que ele faz é renegociar essa dívida, é tentar esticar a dívida do cartão de crédito para poder ter uma prestação mais suave no pagamento. E nunca vimos o Estado brasileiro chamar esses credores, que sempre foram sócios do Estado brasileiro, que sempre se apropriaram do Estado brasileiro, para fazer uma composição. Só olham a dívida daqueles que estão no andar de cima e não veem a dívida social!

Será possível que vamos negar aqui os 70 milhões de brasileiros, hoje, que não têm o que comer? Será possível que nós vamos negar aqui as 270 mil pessoas que morreram, vítimas da COVID-19? Será possível que nós vamos negar aqui aqueles que estão na rua, hoje, em situação de vulnerabilidade, que são atendidos pelo Sistema Único de Assistência Social? Será possível que nós vamos negar aqui o direito a 40 milhões de jovens que estão nas escolas públicas deste Brasil hoje e que ainda não estão tendo acesso à educação?

Tudo isso que nós estamos vivenciando hoje lançou uma lupa sobre o conjunto das desigualdades sociais que nós temos no Estado brasileiro e mostrou o aprofundamento dessas desigualdades. E nós vamos continuar aqui a só olhar para aqueles que estão no andar de cima? Não, não, não e não! Nós não aceitamos isso! É esse embate que queremos fazer aqui. É essa discussão que nós queremos fazer aqui, Presidente, com responsabilidade.

O foco dessa PEC é garantir o auxílio emergencial. Nós da Oposição queremos discutir sim o equilíbrio fiscal, queremos discutir sim os ajustes fiscais. Nós queremos discutir sim quem vai pagar essa conta. Nós queremos discutir, sim a regulamentação de um dispositivo que

está desde a Constituição de 1988, o art. 153, que fala da taxaço de grandes fortunas, e ninguém aqui tem coragem de falar sobre esse assunto. E refiro-me a esses que defendem o equilíbrio fiscal.

Vamos taxar os ricos! Vamos taxar os milionários! Não sou eu que estou dizendo isso, não. Quem defende isso são aqueles que os senhores sempre seguiram, que é o Fundo Monetário Internacional, mandando os países emergentes, os países pobres, taxarem os ricos para bancar a proteção social. É esse o debate que nós queremos fazer aqui, e nós queremos fazê-lo no espaço adequado.

Presidente, há duas PECs tramitando nesta Casa, para discutirmos esse tema, que é o bode na sala dessa PEC Emergencial. A reforma administrativa está em curso, está lá na CCJ. A reforma tributária está em curso. V.Exa. mesmo está colocando isso na pauta de prioridades da Casa. Vamos tirar esse assunto da PEC Emergencial e vamos levá-lo para o foro adequado, para que possamos discutir com a sociedade, para que a sociedade tenha o direito de falar. Esta Casa está precisando estreitar a relação com a sociedade, está precisando escutar mais a sociedade. Não podemos tomar decisões aceleradas, muito menos aquelas que só fazem jogar a conta nas costas do povo brasileiro.

Documento 18/31

19.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 10/03/2021-
	CD	20:16
Publ.: DCD - 3/11/2021 -	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apoio do Congresso Nacional à pauta econômica do Ministro Paulo Guedes. Realização das reformas tributária e administrativa. Efetivação da política social com o aquecimento da economia brasileira.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Congresso, esta Casa é majoritariamente liberal. O Presidente Bolsonaro é um Presidente liberal. Nós vencemos as eleições.

Portanto, nós apoiamos a pauta econômica do Ministro Guedes. Fizemos a reforma da Previdência, vamos fazer a reforma tributária, vamos fazer a reforma administrativa. Enfim, o Brasil conhece a política do Ministro da Economia, Paulo Guedes, e o Brasil conhece a política do Ministro da Economia da Esquerda, do PT, que era o Ministro

Palocci. Era uma política estatizante, uma política que deixou muitas dúvidas para o nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, entendemos que a Esquerda, infelizmente, só fala em política social. Mas, para se fazer política social, é preciso apoiar o setor produtivo, é preciso ter renda, é preciso ter receita.

Então, a política social vai se efetivar com o aquecimento da nossa economia, o que estamos tentando fazer aqui neste plenário, Presidente.

Documento 19/31

19.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 10/03/2021-20:28	
Publ.: DCD 3/11/2021 -	TADEU ALENCAR-PSB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque supressivo da expressão aumento, reajuste ou adequação de remuneração do inciso I, art. 109, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, contida no art 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, Sras. e Srs. Parlamentares, muito boa noite.

Faz 48 horas que nós estamos aqui a discutir basicamente ajuste fiscal. É impressionante que estejamos fazendo isso num momento de pandemia grave e em caráter ascendente, de exaustão da rede pública de saúde, de insuficiência de vacinas, que trazem grande vulnerabilidade à saúde do nosso povo, além, evidentemente, das consequências econômicas e sociais da pandemia, que são dramáticas.

Então, o que nós deveríamos estar fazendo neste momento, como fizemos no ano passado, era discutir o que foi proposto pelo Governo, um auxílio de 200 reais, que a Câmara dos Deputados, com a responsabilidade e com a sensibilidade para a gravidade do momento e para a crise sanitária, triplicou, sem fazer qualquer tipo de

condicionante ao pagamento desse incentivo.

Neste momento em que a pandemia dá sinais de um grande vigor e assusta o povo brasileiro, vamos repetir o número de mortos: no dia de hoje, 2.286 brasileiros perderam a vida.

E nós ouvimos um discurso atrás do outro sobre a necessidade de um ajuste fiscal, ainda mais colocando um limite de 44 bilhões para o pagamento do auxílio emergencial, o que é muito distante daquilo que o Brasil investiu, no ano passado, para assistir ao seu povo e para evitar que a economia tivesse efeitos ainda mais dramáticos. Afinal, não fora a presença do Estado, dos bancos públicos, das iniciativas todas que nós apoiamos, o resultado da economia brasileira no ano de 2020 seria muito pior.

Deveria haver o reconhecimento absoluto dos Parlamentares da Câmara dos Deputados de que o auxílio emergencial foi fundamental para girar a economia e impedir que as suas consequências sociais e econômicas fossem ainda maiores do que já são.

Neste momento, Sr. Presidente, nós estamos, a pretexto de aprovar o auxílio - sem resolver o problema, porque não há limite financeiro para isso, nem sequer a definição de um valor, mas apenas um valor médio -, condicionando a um grande ataque aos servidores públicos, aqueles que estiveram na linha de frente do enfrentamento à pandemia, os profissionais de saúde, os profissionais da assistência social, os empregados da Caixa Econômica Federal, os profissionais da segurança pública, os fiscais da Receita, os profissionais da Polícia Federal, os profissionais da advocacia pública, que, em seus postos de trabalho, estavam lutando bravamente para que as políticas públicas pudessem chegar à maioria do povo, que é quem precisa de política pública.

Enquanto isso, o Parlamento brasileiro promove uma alteração acelerada indecorosa da Constituição, feita completamente ao arrepio do Regimento, porque este formato remoto de deliberação, evidentemente, não se compadece com o rito, com a sacralidade que se exige para alterar a Constituição, ainda mais ofendendo e maculando princípios constitucionais, como o de ter um País mais justo e mais solidário, o que no mundo todo se está a fazer, promovendo investimento público para assistir à população dos diversos países.

É lamentável que nós estejamos, sem resolver o problema da população, promovendo mais um ataque a servidores. E não temos aqui nenhum compromisso com privilégios nem com nenhuma deformação do Estado brasileiro, que tem muito por ser aperfeiçoado, mas na sede própria.

Já existe uma PEC nesta Casa para discutir a reforma administrativa, e vamos discuti-la exaustivamente, mas o que se faz agora, ancorado nesse falso propósito de auxiliar de forma emergencial a maioria do povo brasileiro, é promover mais um ataque a direitos, como se promoveu na reforma trabalhista, a pretexto de se gerarem 6 milhões de empregos; no teto de gastos, que comprimiu os investimentos públicos; na reforma da Previdência. Agora fazemos o mesmo nesta PEC 186.

Então, não venham dizer que se tem respeito pelos servidores públicos. Nós não vamos aceitar esse absoluto acinte indecoroso e indecente aos serviços públicos e aos servidores.

Por isso, a orientação do PSB é "não" ao texto e "sim" ao destaque.

Documento 20/31

20.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/03/2021- CD 23:28
Publ.: DCD - 3/11/2021 -	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Repúdio aos impérios do Deputado Eduardo Bolsonaro ao povo brasileiro. Postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à Covid-19. Repúdio à receita neoliberal do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Responsabilidade do Governo Federal pela crise econômica reinante no País. Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Contrariedade ao teto de recursos previstos na propositura para o auxílio emergencial. Tramitação, no Senado Federal, das propostas de emendas à Constituição relativas ao pacto federativo e aos fundos sociais. Tramitação, na Casa, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, acerca da alteração de disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Razões da obstrução das votações pelos partidos opositores.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Pois não, Presidente. Agradeço.

Presidente Arthur Lira, as coisas não andam fáceis para os brasileiros de maneira geral, não andam fáceis para o nosso povo. Mas a grande responsabilidade por isso é do Governo Bolsonaro.

As coisas não andam fáceis também para a família do Presidente

Bolsonaro. Agora, a notícia na televisão é que o nosso colega Deputado Eduardo Bolsonaro ficou nervoso depois que veio de Israel e não conseguiu trazer o *spray* milagroso, aquele que, como a cloroquina, ia curar todo o povo brasileiro, e, mais uma vez revoltado com a máscara - isso é manchete nos jornais -, pediu que o povo colocasse a máscara eu não vou dizer onde, porque isso poderia ser entendido como falta de decoro parlamentar. Imaginem alguém responder dessa forma ao povo brasileiro, que está tão sofrido.

Se as coisas andam ruins para a família Bolsonaro, a culpa é do próprio Governo Bolsonaro e da família. O povo brasileiro não tem que sofrer impropérios, xingamentos, fazer com que a máscara seja enfiada lá onde alguém acha que deve ser enfiada. Não pode ser assim. Não se pode tratar o povo brasileiro dessa forma.

O tratamento dado por parte do Governo a esse processo de pandemia foi todo ele equivocado. Vamos lembrar alguns fatos.

O Presidente Jair Bolsonaro, assim que essa pandemia teve início, enquanto no mundo inteiro as pessoas diziam para se ter o máximo cuidado, chamou a doença de gripezinha. Agora, mais recentemente, disse que chorar mortos é mi-mi-mi. Disse, em determinado momento, que não estava nem aí. Chegou a fazer *live* desfazendo do uso de máscaras, dizendo que isso nada resolve. Fez propaganda de cloroquina - aliás, ficou conhecido como Capitão Cloroquina.

Há também um Deputado Cloroquina entre nós. Então, agora, nós temos o Capitão Cloroquina e o Deputado Cloroquina a dizer ao povo brasileiro que vacina não vale nada. E disse o Presidente que quem tomasse vacina podia virar jacaré.

Como é que se pode tratar de forma tão equivocada um problema tão grave igual a esse da pandemia, que é um problema mundial?

O Governo também tratou mal o problema - e aqui entro no assunto que estamos discutindo - do ponto de vista da economia.

O Ministro Paulo Guedes, que foi hoje homenageado nesta Casa pelo Deputado Janones - ele o fez de maneira sarcástica, é bom lembrar -, foi um que, no início da pandemia, disse: "*Vamos manter todo o processo de arrocho fiscal. Vamos manter o receituário ultraliberal*". E, no mundo inteiro, as pessoas diziam: "*Olha, é preciso agora, neste momento, garantir o crescimento da economia*". Isso se garante, Paulo Guedes, fazendo como o Lula fazia: colocando dinheiro no bolso do povo brasileiro, para que a economia possa girar; dividindo um pouco de renda; fazendo com que o dinheiro compre uma mercadoria, faça um puxadinho, compre cimento; permitindo também que, na roça, as pessoas trabalhem seus produtos da agricultura familiar e façam

crescer a economia local. "*Paulo Guedes, atenção: o problema é sério!*" - diziam. E ele só dizia: "*Arrocho, arrocho, arrocho...*". E a receita neoliberal continua até hoje, infelizmente com muitos adeptos. Agora vem esta PEC 186.

Então, o Governo tratou mal o problema da pandemia do ponto de vista da saúde pública e também do ponto de vista da economia. Ele achava que bastava deixar o vírus viajar, as pessoas ficarem doentes, que isso passaria rapidamente e a economia se recuperaria depressa. Não é assim! A economia não se recupera sem a intervenção do Estado. E é isso o que mundo inteiro está ensinando.

O que é ainda pior é que se mantém até hoje o mesmo pensamento econômico equivocado.

Existem hoje três propostas de emendas constitucionais enviadas pelo Governo. Uma delas é a que estamos votando agora, a chamada PEC Emergencial. Essa PEC, no início, cortava 25% do salário e 25% da jornada do servidor, ou seja, haveria 25% de salário e 25% de serviços públicos a menos. O Governo não conseguiu emplacar essa maldade que o Paulo Guedes arquitetou nessa PEC 186. Mas há outras maldades, que nós apontamos aqui.

Trata-se de uma PEC que pretende um ajuste fiscal. E o texto ainda limita a apenas 44 bilhões de reais aquilo que pode ir para a economia, Deputado e meu Líder Bohn Gass. É preciso que dinheiro vá para economia, para movimentar a economia e fazer com que o PIB não sofra uma queda ainda maior este ano. Mas não! A PEC limita isso a 44 bilhões de reais.

Portanto, o efeito Paulo Guedes continua o mesmo. Essa PEC 186 é isso.

O pior é que ainda existem duas PECs no Senado, que, segundo o que se fala, vão tramitar. Uma delas é a chamada PEC do Pacto Federativo, cujo texto, que também queriam inserir nesta PEC 186, pretende retirar da Constituição os recursos para a saúde e para a educação. Isso significaria matar o Sistema Único de Saúde e as escolas públicas brasileiras e fazer com que a garantia do custeio da educação e da saúde, que conquistamos na Constituição de 1988 e que é fundamental, simplesmente fosse retirada da Constituição brasileira. Essa é a PEC que eles denominam de PEC do Pacto Federativo. E falam que irão retornar com ela.

A outra PEC é a que trata dos fundos, por meio da qual pretendem que os fundos sociais sejam todos extintos. Ela ainda está no Senado federal.



Aliás, essas duas PECs ainda estão no Senado. O Governo não desistiu delas e vive dizendo que esse é o plano Brasil e que ele será retomado.

Há também a PEC 32, que está aqui na Câmara, que retira a estabilidade do serviço público e proíbe mais concursos e mais serviço público no futuro. Essa é a PEC da Reforma Administrativa, que está na Comissão de Constituição e Justiça. Esse conjunto de ações que eles chamam de reforma administrativa é o desmanche completo do Estado. É isso que tenta executar o Governo Bolsonaro como forma - eles acham - de solucionar o problema da crise econômica e da pandemia.

Não é assim que as coisas estão funcionando em parte nenhuma do mundo. Pelo contrário, os pacotes que estão sendo feitos buscam fortalecer o papel do Estado e da economia. Se o Governo brasileiro não compreender isso, vai continuar errando na economia, como continua errando na pandemia do ponto de vista da saúde pública.

Lula passou um sabão no Presidente, disse que a máscara é essencial e deu uma lição ao Presidente Jair Bolsonaro. Mesmo assim, parece que não entenderam. Usaram máscara hoje e viraram chacota internacional, pois o Lula passou a pautar como é que se trata a questão da pandemia. E, além de virar chacota internacional, o Governo não se emenda: vai o filho do Presidente e diz para o povo brasileiro utilizar a máscara não da forma devida, mas para fazer outras coisas que são aqui inconfessáveis. Então, continua estabelecido o erro do Governo no tratamento da pandemia e no tratamento da economia.

Ora, nós precisamos dar uma solução para isso, e a solução não pode ser o Congresso Nacional se curvar a essas medidas, que são evidentemente equivocadas. É por isso que nós da Oposição, nós do Partido dos Trabalhadores temos convicção dessa obstrução que estamos fazendo. É importante que ela seja feita. É preciso que o povo brasileiro compreenda o que está em jogo e, ao compreender o que está em jogo, se mobilize contra essas ações do Governo. Se nós não dermos um jeito nisso, o Governo Bolsonaro continuará errando da forma como sempre errou.

Eu acho que é isto que nós fizemos hoje, em todo esse período de obstrução de um dia inteiro, em que colocamos claramente as nossas opiniões para a população, com conteúdo, com argumentos, sem nenhum espírito de querer que as coisas deem errado no Brasil, mas apontando os erros que estão existindo: a Oposição cumpriu o seu papel. É preciso agora que também a base do Governo se rebele contra a situação. Ter uma pessoa como o Deputado Eduardo Bolsonaro falando o que falou ao povo brasileiro devia ser inaceitável

para todos nós, não apenas para a Oposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 21/31

22.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/03/2021- CD 21:20	
Publ.: DCD - 3/12/2021 - RICARDO BARROS-PP -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Parlamentares pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal; e consequente viabilização da retomada do auxílio emergencial. Importância de redução do Custo Brasil e de realização da reforma administrativa. Pedido aos Deputados de rejeição do requerimento de destaque para supressão, em segundo turno, da expressão até o limite de R\$ 44.000.000.000,00 (quarenta e quatro bilhões de reais), constante do § 1º do art. 3º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019. Importância de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Sanção do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a aquisição e comercialização de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Contratação, pelo Ministério da Saúde, de novos hospitais de campanha para atendimento aos pacientes da Covid-19. Apoio do Presidente Jair Bolsonaro ao uso de máscaras e a outras medidas de controle sanitário da epidemia de coronavírus.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer aos nossos Parlamentares, que têm se empenhado nessas votações intensas, diárias, de até altas horas, para que nós pudéssemos aprovar esta medida provisória, que demonstra a responsabilidade social do Presidente Bolsonaro em viabilizar o auxílio emergencial para aqueles brasileiros que, neste momento de isolamento social da pandemia da COVID-19, não podem exercer as suas atividades econômicas e ter a renda para sustentar a sua família.

É uma ação importantíssima que vem junto com a responsabilidade fiscal, com o ajuste fiscal, com a preocupação com as contas públicas, com uma visão de um Brasil que, a médio e longo prazo, estará cada vez mais competitivo, o Custo Brasil mais baixo, um Estado mais leve com a reforma administrativa, uma Estado que custe mais barato, seja mais eficiente e que tenha a meritocracia. É isso que nós queremos para o futuro do nosso País.



Então, esta medida provisória traz um acordo importante feito no Senado. Algumas alterações foram feitas na Câmara, com algumas supressões, para que ela possa ser promulgada de imediato. E será emitida, então, uma medida provisória pelo Presidente Bolsonaro, pelo Governo Bolsonaro, que estabelecerá o valor e o prazo desse auxílio emergencial. É muito importante que nós tenhamos chegado a essa solução e possamos socorrer essas famílias de brasileiros necessitados.

Então, agradeço muito aos Srs. Líderes e aos Srs. Parlamentares. Peço que venham ao sistema eletrônico e votem "sim", pelo nosso aplicativo do Infoleg, para que nós possamos manter o texto nesse Destaque nº 1 e seguir para os dois últimos destaques desta noite. Agradeço e muito ao Presidente Arthur Lira, que, de forma muito articulada e empenhada, costurou os entendimentos para que pudéssemos chegar a este momento.

Espero, sinceramente, que a crise arrefeça, que a COVID possa dar um fôlego para o Brasil. Temos que vacinar toda a nossa população. Se correr tudo bem até setembro, outubro, teremos todos vacinados, teremos todos imunizados e vida normal no nosso País. Esse é o esforço do Governo, e nós estamos lutando com determinação para isso.

Ontem, foi sancionada a lei do Senador Rodrigo Pacheco, que fala da autorização para que empresas privadas comprem e doem integralmente vacinas para o SUS, até que atinjamos os 77 milhões de brasileiros que estão como prioritários para a vacinação, acelera a chegada a esse número de prioritários. E, depois disso, os empresários poderão continuar ajudando o SUS, comprando vacinas e doando 50% para o SUS do lote que chegar de vacinas, ajudando a imunizar aqueles que precisam da assistência do Governo para alcançar a imunidade contra a COVID.

Temos novos hospitais de campanha sendo contratados, e o Ministério da Saúde está fazendo todo o esforço para financiar a recuperação da nossa estrutura e a ampliação da estrutura de atendimento às pessoas, em função dessa nova variante, dessa nova cepa da COVID, que é mais contagiosa do que a anterior.

Nesse sentido, o Presidente Bolsonaro entendeu este novo momento, este diferente momento da pandemia, e está apoiando o uso de máscara, as medidas de controle sanitário. E tenho certeza de que, em função disso, teremos os recursos necessários para a estruturação desse combate.

Obrigado, Sr. Presidente. E obrigado, Srs. Parlamentares, a quem novamente convoco. Sei que muitos estão em viagem, em

deslocamento, agora, para as suas bases, mas convoco todos a acessarem o sistema Infoleg e fazerem a sua votação, para que possamos avançar nos dois últimos destaques desta noite.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 22/31

22.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/03/2021- CD	23:44
Publ.: DCD - 3/12/2021 - RICARDO BARROS-PP -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Valorização dos servidores públicos. Realização da reforma administrativa. Redução de incentivos fiscais concedidos ao empresariado brasileiro. Discussão do Fundo de Desenvolvimento Regional por ocasião da reforma tributária. Criação do Fundo de Equalização Fiscal. Anúncio de votação do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Apreciação do Veto Parcial nº 30, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, sobre a criação do marco legal do saneamento básico. Votação das propostas relativas à simplificação do licenciamento ambiental e à regularização fundiária. Excelência da atuação dos Relatores da PEC Emergencial, Senador Marcio Bittar e Deputado Daniel Freitas.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, nós estamos hoje encerrando a apreciação da PEC Emergencial, que, logo no início do mandato, foi encaminhada pelo Ministro Paulo Guedes ao Congresso Nacional.

O Senador Marcio Bittar se debruçou sobre essa PEC, e foram inúmeras as reuniões que fizemos para chegar ao ajuste do texto. Nesse texto, pudemos contemplar diversas medidas saneadoras de vícios da administração pública, que caminham, todas elas, na direção do equilíbrio, na direção do bom senso, na direção da responsabilidade fiscal, na direção do bom uso do dinheiro público, do uso dele para o fim para o qual nós fomos eleitos, que é o bem da população.

Tivemos aqui várias negociações. Aqui e também no Senado, alterações foram feitas por pressões setoriais legítimas, legítimas, necessárias, mas nem sempre justas. O Brasil precisa, sim... Ouvi

muitos discursos aqui sobre arrocho salarial, sobre dificuldades para determinadas categorias. O servidor público é um valor muito especial para a população. É por meio do servidor público que se consegue fazer a contraprestação de serviços do imposto que o cidadão paga. É ele que entrega, lá na ponta, o serviço que a população espera. É um servidor público ou uma servidora pública que está vacinando cada brasileiro lá no posto de saúde.

Então, nós temos, sim, que valorizar o servidor público. Mas não adianta médico sem remédio, não adianta pedreiro sem tijolo, não adianta motorista sem combustível. Algum recurso tem que estar reservado para que esse servidor público preste o serviço à população. Ele é bem pago, ele é preparado, mas ele precisa de insumos para prestar o serviço, então se reserva um pouco de recurso para que essa massa de servidores possa ter condições de transformar o seu trabalho no interesse da população.

Essa é uma das grandes questões que nós vamos enfrentar em relação à reforma administrativa, que está apresentada e terá a admissibilidade votada na CCJ desta Casa, quando serão discutidas as regras para os futuros servidores públicos, aqueles que ainda vão fazer concurso.

O Estado brasileiro custa 14% do PIB. No Japão, a máquina administrativa custa 5% do PIB; nos países da comunidade europeia, em média, 9% do PIB. Nós queremos um Brasil mais leve, mais competitivo.

Eu quero agradecer, ao terminar a minha tratativa deste assunto, aos servidores públicos que estão aqui neste Plenário, servidores da Câmara, do Executivo, servidores que estão trabalhando para que nós possamos entregar esses avanços à Nação brasileira.

Quero tratar dos incentivos fiscais que essa PEC enfrenta. Estamos aqui decidindo que reduziremos os incentivos fiscais de 4% do PIB para 2% do PIB, em 8 anos. O Brasil entrega 360 bilhões de reais em renúncias fiscais todos os anos para o setor produtivo. Vamos reduzir, então, em 8 anos, para 180 bilhões de reais. Vamos olhar para esses incentivos. Quando nós votamos o Orçamento da União, nós não temos a descrição dos incentivos no Orçamento, e, depois, a sua renúncia; nós já tratamos do Orçamento líquido, sem os 360 bilhões de reais de renúncia. Então, vamos colocar luz sobre isso. Vamos procurar estabelecer na LDO que essa parte do Orçamento seja visível para o debate aqui na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e nas sessões conjuntas do Congresso.

Vamos lembrar que o SIMPLES, por exemplo, que é um dos grandes programas de incentivo fiscal bem-sucedidos do Brasil, ocupa 70

bilhões desses 360 bilhões. Então, há, sim, que se discutir no Brasil os incentivos fiscais. Não é possível que determinados empresários sejam mais bem-sucedidos que os seus concorrentes porque pagam menos impostos.

Na reforma tributária, nós trataremos do Fundo de Desenvolvimento Regional. O Ministro Paulo Guedes já disse que aceita entregar os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste, para que esses instrumentos componham o elemento de criar competitividade e atrair investimentos nos Estados que têm menos infraestrutura. Quando, com a reforma tributária, nós equalizarmos o ICMS e acabarmos com a guerra fiscal, nós precisaremos desses fundos para que o desenvolvimento chegue aos Estados com menos infraestrutura.

Da mesma forma, nós precisamos do Fundo de Equalização Fiscal. Nós precisamos que os Estados que ganharão receita com a nova regra do Imposto sobre Valor Agregado, a nova regra tributária, compensem os Estados que vão perder receita.

E o Ministro Paulo Guedes diz que esse fundo também não será da União. O Estado que ganha deposita, o Estado que perde retira. Dessa forma, nós poderemos enfrentar, de fato, uma reforma tributária equilibrada, de modo que todos possam confiar em que as mudanças no seu período de transição permitirão que os Estados tenham conforto no cumprimento das suas obrigações; os Municípios possam participar mais do bolo das receitas; a resistência dos Municípios maiores, onde o ISS é muito relevante, em entrar no Imposto sobre Valor Agregado Único possa ser solucionada.

Será um grande debate nesta Casa o da reforma tributária, como será um grande debate o da reforma administrativa, e nós vamos enfrentar esse grande desafio.

Na próxima semana, nós já temos a Lei do Gás para votar. Além disso, nós teremos 2 dias de sessão do Congresso. Vamos enfrentar o veto do saneamento, que garante aos Municípios a legitimidade para licitar contratos que estão vencidos ou que são informais com as concessionárias de serviço público de saneamento. Bilhões de reais vão irrigar essa área de saneamento, levando saúde para a população. Cada 1 real investido em saneamento elimina 4 reais investidos na saúde. É isso que nós precisamos fazer. Não podemos mais privar a população do saneamento porque companhias estatais não têm capacidade de investir ou não querem abrir mão da concessão do serviço que não prestam. Vamos votar o licenciamento ambiental, simplificar o licenciamento ambiental e facilitar os investimentos. Vamos votar a regularização fundiária, para que milhares e milhares de imóveis no Brasil possam ter escritura, possam pagar impostos e

possam ser garantia do seu proprietário, para que este possa desenvolver economicamente a sua atividade, as suas ideias ou os seus anseios.

Presidente, eu agradeço muito a oportunidade desta fala. Eu quero destacar a atuação dos Relatores, o Senador Marcio Bittar e o Deputado Daniel Freitas, porque o papel do Relator é muito extenuante. É o papel de entender os contraditórios e se decidir pelo texto que vai ser aprovado. O Relator não escreve no relatório o que ele pensa, ele escreve o que ele percebe que tem maioria para ser aprovado. Por isso, estamos aqui comemorando o final desta votação e a aprovação da matéria. Os Relatores tiveram sensibilidade para, na média do pensamento, escrever aquilo que pode ser aprovado e será aprovado hoje.

Obrigado, Sr. Presidente. Desejo sucesso a todos os que participaram desta conquista para o Brasil. Muito especialmente, quero lembrar que ela é uma importante ferramenta para que o Presidente Bolsonaro entregue aos brasileiros a esperança que foi depositada nas urnas quando ele foi eleito. Que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, cumprindo o seu papel de representar o povo brasileiro, tenham a certeza de que estão fazendo a ação correta. Hoje estamos decidindo o que tínhamos que decidir, porque é o melhor para o Brasil.

Obrigado.

Documento 23/31

14.2021.B	Sessão Outro Evento	11/03/2021-10:48
Publ.: DCD - 3/12/2021 -	BIBO NUNES-PSL -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apoio à reforma administrativa. Defesa de extinção da estabilidade dos servidores públicos.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente e nobres colegas. É uma satisfação estar participando desta sessão.

Eu estou muito feliz, porque acredito que vamos concluir hoje a votação da PEC Emergencial, que é tão importante, é fundamental

para o desenvolvimento e a segurança do Brasil.

Ela trata de equilíbrio fiscal, mas estão fazendo confusão, estão dizendo que é uma PEC que está casada com a aprovação do auxílio emergencial. Isso não tem nada a ver. Para que haja mais auxílio emergencial no futuro, quem sabe, precisamos de economia estabilizada, temos que respeitar o teto e tem que haver ajuste fiscal no Brasil. Este é um país que se propõe à seriedade. Tem independência hoje o Banco Central.

Nós não estamos brincando com a economia do Brasil. Infelizmente, a grande maioria da Esquerda não sabe o que é economia nem no dia a dia, muito menos sabe o custo econômico para se contratar um funcionário, para se contratar um empréstimo no banco ou então para se pagar impostos federais. Ela não tem essa noção. Tem a noção de que o Estado tem que ser muito grande, para que possam muitos viver do Estado.

Felizmente vem aí a reforma administrativa. Lutarei para que acabe a estabilidade. Muitos funcionários públicos - não estou generalizando, não estou generalizando -, porque têm estabilidade, trabalham muito menos do que deveriam. Na iniciativa privada, quem não trabalha vai embora. Isso é o normal! Querem estar no emprego, mas não querem trabalho? É o mínimo, ainda mais para um funcionário público. Quem entra na vida pública entra para ajudar a sua cidade, ajudar o seu Estado, ajudar o seu País. No mínimo, é isso. Quer emprego, mas não quer trabalho? Não estou generalizando, mas, para que o Brasil ocupe a posição que lhe está reservada no cenário mundial, precisa de trabalhadores no serviço público que tenham o máximo de dedicação e de amor à causa. Os Parlamentares também têm que ter o sangue verde-amarelo na veia, têm que buscar no fundo da alma o patriotismo e demonstrar o seu amor ao País. É isso que nós temos que fazer.

A aprovação desta PEC é fundamental para que venhamos a conquistar o espaço que nos está reservado no mundo, o de uma grande nação mundial.

Queiram ou não os urubus de plantão, o Brasil está dando certo e vai dar muito certo...

(Desligamento automático do microfone.)

CD 23:16
Publ.: DCD - 3/17/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 1, do Senado Federal, ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Ineficácia das reformas trabalhista, previdenciária e administrativa como instrumentos de geração de novos empregos e reequilíbrio fiscal. Contrariedade à desestatização de empresas estatais.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL é favorável, Presidente.

Eu queria lamentar que, no último período, nós tenhamos cada vez mais entendido a austeridade e menos Estado como saída para as diferentes crises. Nós sabemos que essa saída é falsa para a geração de empregos. Foi assim com a reforma trabalhista, e até agora estão correndo atrás dos empregos que diziam que iam ser criados. Foi assim com o desmonte da Previdência pública. Desmontar a Previdência pública ia resolver o problema fiscal brasileiro, e agora estão dizendo que não basta, porque é a reforma administrativa que vai resolver o problema fiscal brasileiro e as privatizações vão resolver o problema do Brasil.

Nós não acreditamos numa economia que entrega o Brasil à iniciativa privada, ainda mais num momento de crise como este, quando se precisa de mais Estado, de mais investimento, e não de projetos que abrem nossos bens ao mercado privado. É lamentável!

Documento 25/31

5.2021.N	Sessão Outro Evento	17/03/2021-19:32
Publ.: DCN - 3/18/2021 -	OTONI DE PAULA-PSC -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa de realização da reforma administrativa. Luta dos partidos oposicionistas contra a aprovação do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, sobre a criação do marco regulatório do gás natural. Posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro, favorável à vacinação do povo brasileiro e à realização das

reformas constitucionais. Congratulações ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, pela decisão contrária à decretação de lockdown.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu subo a esta tribuna da reunião do Congresso Nacional para dizer aos Congressistas que aqui estão que nós temos a chance de entrar para a história como um Congresso reformista, que destravou o País com a aprovação imediata da reforma administrativa, sem atingir nenhum direito adquirido.

Temos a chance de criar no Brasil um funcionalismo público baseado na meritocracia, para o qual a estabilidade será uma conquista, e não um luxo pré-adquirido de uma casta privilegiada da sociedade. A expectativa, para que os brasileiros saibam, é de que a reforma administrativa resulte em uma economia de mais de 300 bilhões de reais ao longo dos próximos 10 anos.

Vamos logo atropelar o discurso do atraso que se faz neste plenário, que não deseja que o País seja destravado. É o discurso do quanto pior, melhor, de quem não pensa no amanhã; antes, só pensa em uma coisa: voltar ao poder em 2022 e voltar a lotear a máquina pública.

Por causa desse discurso, ontem, neste Plenário, Sr. Presidente, até a madrugada, eles lutaram contra o marco regulatório do gás natural. Veja se isto é possível! O marco regulatório do gás natural que esta Casa aprovou pode atrair investimentos da ordem de 50 bilhões a 60 bilhões de reais, com a produção de gás natural triplicando até 2030. Mas ficaram aqui com sensacionalismo, jogando o povo contra esta Casa, fazendo da triste realidade dos mortos pela pandemia seu palanque eleitoral, pois querem que o Brasil pare de avançar por conta da infeliz mortandade que não só o Brasil, mas o mundo todo está tendo que enfrentar.

Contra o vírus da COVID, a ordem do Governo Bolsonaro é: vacina, vacina e vacina. Mas contra o vírus do Custo Brasil, que mata tanto quanto a pandemia, a ordem o Governo Bolsonaro é: reformas, reformas e reformas.

Sr. Presidente, eu quero aproveitar esses últimos minutos para manifestar desta tribuna os meus parabéns ao Governador em exercício do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, que tem se mostrado um grande líder neste momento de crise sanitária que nós estamos vivendo devido à pandemia. O Governador Cláudio Castro está conseguindo equacionar no Rio de Janeiro tanto a questão sanitária, de saúde pública, quanto a questão econômica do nosso País. Ele chamou o setor produtivo para um diálogo e editou decreto que organiza algumas coisas, que não fecha estabelecimentos, mas os

mantém funcionando em horários especiais. E esse decreto não foi feito pelo Governador, foi feito em conjunto com quem faz a economia do Rio acontecer.

Parabéns ao Governador Cláudio Castro, que já declarou que, no que depender dele, o Rio não vai parar, não vai haver *lockdown*! É esse espírito que nós queremos para os Governadores do Brasil inteiro. Precisamos cuidar da crise sanitária, mas não podemos quebrar o Brasil.

Parabéns, Governador Cláudio Castro!

Documento 26/31

5.2021.N	Sessão Outro Evento	17/03/2021-19:56
Publ.: DCN - 3/18/2021 -	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, acerca da alteração de disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome da bancada do PSD, no tempo do PSD, eu quero afirmar com convicção a importância da discussão, do debate, sobretudo da aprovação da PEC 32, que se refere à reforma administrativa, reforma tão importante quanto a reforma da Previdência que fizemos e a reforma tributária que vamos fazer. Essas reformas vão desengessar o Brasil, vão proporcionar a retomada do crescimento econômico, tão necessário no nosso País, principalmente devido à pandemia.

Estive com a Deputada Bia Kicis, Presidente da CCJ, e com o Ministro Paulo Guedes, e apresentamos um cronograma de trabalho. Como sou o Relator da admissibilidade dessa PEC na CCJ, pretendo realizar uma audiência pública na semana que vem para aprofundar o debate e apresentar o relatório no dia 30. Vamos cumprir o Regimento, é claro, é lógico, mas nós temos pressa, o Brasil tem pressa.

O Brasil precisa da reforma administrativa, porque essa reforma vai fortalecer o serviço público. O serviço público está atrasado, arcaico, oneroso, deficitário, não entrega um serviço de qualidade. Ele tem 30 anos: foi calcado na Constituição de 1988. Como vivemos novos tempos, novas tecnologias, precisamos modernizar o serviço público

no Brasil para que venha a entregar um serviço de qualidade.

A economia que vamos fazer ao longo dos anos vai gerar recursos que vamos utilizar nas políticas públicas, no posto de saúde, nas escolas, para as pessoas carentes do nosso País.

Sr. Presidente, a reforma administrativa não atinge os servidores atuais. A reforma administrativa muda o vínculo dos servidores com o poder público e cria outros vínculos: por prazo determinado, por prazo indeterminado, de assessoramento ou liderança e, sobretudo, de carreira típica de Estado. Essa reforma é muito importante. Com certeza, vamos aprofundar seu debate na Comissão Especial.

Sr. Presidente, o Brasil tem que dar certo! O Brasil vai dar certo, Sr. Presidente!

Documento 27/31

17.2021.B	Sessão Outro Evento	23/03/2021-14:44
Publ.: DCD - 3/24/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de votação pela Casa tão-somente de matérias relacionadas à epidemia de coronavírus. Imediata suspensão do processo de apreciação da proposta de reforma administrativa. Comportamento diversionista do Presidente da República no tocante ao combate à Covid-19.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, estamos em meio a uma guerra e não temos outro assunto a tratar a não ser ela, a guerra, e suas vicissitudes. Não é possível que o Parlamento não se conscientize de que a pauta deve se voltar exclusivamente para o combate à pandemia. Chega a ser constrangedor, em meio a um cenário dantesco, aproximando o Brasil de um número vergonhoso - 300 mil mortes -, tematizarmos, na Casa do Povo, assuntos outros que não digam respeito ao combate à pandemia.

A pauta deve ser exclusiva, a pauta deve ser integral, a pauta deve ser dedicada exclusiva, integral e incondicionalmente ao comb ate à pandemia. Pode soar até cruel e, da nossa parte, demonstrar insensibilidade para com o sofrimento do povo, se continuarmos a discutir temas que estejam à margem do que o nosso povo está

sofrendo e vivenciando.

Perdi uma tia, irmã da minha mãe. Eu mesmo fui acometido pela COVID. Passei alguns dias na UTI. Agora, outro tio, irmão da minha mãe, está entubado e vai fazer hemodiálise, em estado muito grave. Todos os dias, transmito mensagens de condolências às famílias de pessoas que se foram em virtude da COVID.

Toda a energia espiritual, psíquica, física está direcionada a esse tema. Portanto, o Parlamento tem que estar em sintonia, afinado com o sofrimento do povo. A reforma administrativa, que está agora tramitando na CCJ, deve ser suspensa. Ela criminaliza o serviço público, no momento em que o Brasil mais precisa do serviço público. Ora, quanta contradição! E mais: a crítica sempre veemente que faço, e não vou deixar de fazer, ao comportamento diversionista e muitas vezes insensível do Presidente da República, em relação à sua tarefa de unir o País, divide, segrega, segmenta e secciona aquilo que deveria estar compacto para o combate à pandemia.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja reverberado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Documento 28/31

17.2021.B	Sessão Outro Evento	23/03/2021-15:36
Publ.: DCD - 3/24/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Não inclusão da posse do novo Ministro da Saúde na agenda do Presidente Jair Bolsonaro. Não inclusão da saúde entre as prioridades da agenda do Presidente da República. Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante do alcance do patamar de 300 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Imediata adoção, pelo Congresso Nacional, de pauta destinada ao enfrentamento da doença viral e seus desdobramentos econômicos. Defesa da retomada do pagamento de auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acaba de sair a notícia de que o Presidente Bolsonaro deu posse, fora da agenda, ao Ministro da Saúde. Isso não é estranho, porque, na verdade, a saúde está fora da agenda do Presidente da República. Estamos diante da maior crise humanitária, com 300 mil pessoas mortas, mas isso não está na

agenda do Presidente da República.

É fundamental que nós, o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, coloquemos esse tema na agenda definitivamente. Que isso seja prioridade absoluta! Nada é mais importante do que tratar das ações para proteger a vida das pessoas, para proteger direitos sociais, empregos, a nossa economia, o pequeno e microempresário, os Municípios, especialmente os pequenos, que não conseguem garantir os serviços mínimos para sua população. Esse deve ser o tema central.

A renda emergencial que o Governo anunciou é uma esmola, não é suficiente. Nós precisamos ampliá-la, voltá-la para 600 reais. Nós precisamos fazer a política da proteção dos empregos, que se esgotou no ano passado e não foi retomada pelo Governo, e a proteção dos Municípios, que não têm a garantia do repasse do FPM. É preciso garantir o crédito para o pequeno e o microempresário. Tudo isso precisa estar na ordem do dia do Congresso. Não precisamos ficar tratando de privatização da ELETROBRAS, de reforma administrativa. Esses temas podem ter relevância, mas podem ficar para depois.

Estão aí os pipeiros, da chamada Operação Carro-Pipa, no Nordeste, algo tão importante para levar água para as pessoas, para matar a sede de tanta gente. Está tudo interrompido aqui. São mais de 4 mil pipeiros sem atividade econômica, e as pessoas estão sem água. Há mais de 40 mil pontos de abastecimento aonde a água não está chegando.

Bolsonaro, pare de brincadeira! Vamos cuidar do Brasil!

Documento 29/31

17.2021.B	Sessão Outro Evento	23/03/2021-16:16
Publ.: DCD - 3/24/2021 -	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA	DOSBREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Aproximação da marca de 300 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Agravamento do quadro de saúde do ex-Deputado Federal Haroldo Lima, contaminado por coronavírus. Repúdio à postura do Presidente Jair Bolsonaro, com relação ao enfrentamento da doença viral. Contrariedade à votação pela Casa de matérias não relacionadas com a epidemia de coronavírus. Lançamento, por empresários e economistas, de manifesto pela efetividade do combate à Covid-19. Fator determinante da militarização do Governo Jair Bolsonaro. Defesa de abertura, pela Casa, de CPI para investigação da conduta

do Presidente da República e do Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, no enfrentamento da epidemia de coronavírus e seus efeitos. Defesa de paralisação das votações na Câmara dos Deputados, para discussão tão-somente do cronograma de vacinação e da retomada do pagamento do auxílio emergencial.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vivemos um momento dramático em que quase 300 mil pessoas já perderam a vida para o novo coronavírus.

Neste momento, em estado gravíssimo, está, aqui na UTI do Hospital Aliança, o ex-Deputado por 20 anos, líder do meu partido, pai de toda uma geração na política, Haroldo Lima.

Como Haroldo, outras centenas de milhares de pessoas estão acometidas por esta doença, uma doença traiçoeira. E o Governo Federal brinca de enfrentar a pandemia. O Governo Federal, através do seu mandatário - um ilusionista, um elemento completamente desqualificado, que jamais deveria ter tido assento onde está -, faz chacota com aqueles que estão sofrendo nos hospitais. Tem a ousadia de imitar um paciente com falta de ar.

A Câmara dos Deputados precisa tomar uma atitude, Sr. Presidente. A Câmara dos Deputados precisa parar a pauta de privatização de Correios, de ELETROBRAS. Precisa parar a tramitação da PEC 32/20, que pretende acabar com serviço público.

Quinhentos empresários e economistas dos mais ricos do País já se posicionaram, mostrando para o Governo Bolsonaro a necessidade de uma atitude.

E ele continua a dizer que não está convencido de que o uso de máscaras faz obstrução à propagação do vírus. Ele não toma uma atitude e constrói uma ficção em relação ao Ministério da Saúde - um Ministro que não saía, outro que não entrava -, até criar um artifício para acomodar o Sr. Pazuello, que não sei que informações traz na bagagem que precisa ser acomodado, se já é um General da ativa.

Tenta-se utilizar a militarização do Governo para amedrontar o País. Professores, intelectuais e Deputados não podem falar vocábulos, porque são ameaçados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Câmara precisa parar para uma emergência nacional. É preciso tomar uma posição, criar uma CPI. O Pazuello precisa ser criminalizado. O Sr. Bolsonaro precisa ser criminalizado, precisa ser detido, por causa da prática desses atos que,

infelizmente, pratica contra a vida do povo brasileiro.

Qual é a nossa obrigação? Parar a pauta, Sr. Presidente! É necessário parar a pauta e só discutir cronograma de vacinação, compra de vacina e socorro emergencial. Bote para votar o auxílio emergencial, porque eu quero ver o Srs. Deputados do centro político e mesmo da Direita enfrentarem a massa faminta nos Municípios, porque é assim...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 30/31

26.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/03/2021 - CD 18:20
Publ.: DCD - 3/24/2021 - PAULO RAMOS-PDT -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Falta de vacinas contra a Covid-19. Colapso da rede nacional de saúde provocado pela doença. Desconhecimento das razões da adesão do Ministro da Economia, Paulo Guedes, ao plano nacional de imunização. Divulgação de documento subscrito por banqueiros, economistas e empresários, favorável à vacinação em massa como caminho para a recuperação da economia. Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à Covid-19. Promoção do dia nacional de luta contra as privatizações

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando esta pandemia que, ao que tudo indica, começou na China, chegou ao Brasil, ela já estava alcançando países do Primeiro Mundo, especialmente os da Europa Ocidental. Ao chegar ao Brasil, já estavam sendo conhecidos o seu alcance e os seus efeitos, e a descoberta de uma vacina passou a ser a luta inicial. Também imediatamente houve o convencimento da necessidade da vacinação em massa e, para evitar a contaminação ou para reduzir a velocidade da contaminação do vírus, do isolamento social.

É claro que os impactos na economia seriam decorrentes e até inevitáveis. Se no início da pandemia o vírus foi alcançando as camadas mais favorecidas da população, rapidamente, sem qualquer

tipo de distinção, todos passaram a ser alcançados. Mas os efeitos na economia atingiram de forma mais contundente exatamente a camada menos favorecida da população, já que o Brasil é identificado como o país da desigualdade social. São milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, e muitos na linha da pobreza. A pandemia trouxe essa tragédia para a maioria esmagadora da nossa população, e surgiu imediatamente também a necessidade de um auxílio emergencial.

Esta Casa caminhou com a velocidade necessária de modo a reduzir pelo menos os impactos, mas é preciso reconhecer que o Presidente da República não acreditou na pandemia.

E dela debochou, chegando, inclusive, a incentivar a eliminação ou a não aplicação das medidas necessárias pela população: uso de máscaras, lavar as mãos, etc.

Procurou confrontar a pandemia com a economia. Foi sendo derrotado o negacionismo.

Deixou de ouvir os infectologistas, deixou de ouvir a ciência. Virou as costas para a saúde e para a vida da população. E a tragédia foi se acentuando.

Mas é preciso também reconhecer que, na fase em que o Presidente da República se demonstrava ignorante aos alcances da pandemia, ele teve o Ministro Paulo Guedes como seu aliado. O Ministro Paulo Guedes também se associou ao Presidente da República, defendendo a primazia da economia sobre a saúde da população.

Com o passar do tempo, o Ministro Paulo Guedes viu que a pandemia estava incontrolável, porque o Presidente da República não cuidou de tomar as providências necessárias para a compra de vacinas, para que houvesse vacina para vacinação em massa. Hoje temos só o anúncio da compra de vacinas, mas não temos vacinas. Com a disseminação do vírus, a rede de saúde ficou sobrecarregada. Não só não temos vacina, como também não temos os medicamentos necessários para enfrentamento da pandemia. As UTIs estão superlotadas, as pessoas estão morrendo sem atendimento. São 300 mil mortos. Diante de tudo isso, repentinamente, o Ministro Paulo Guedes assume uma posição diferente e passa a defender a vacinação em massa como caminho para salvar a economia, desvinculou-se do Presidente da República.

A razão ainda não é conhecida, mas aqueles que são ainda os grandes beneficiários da economia e vários dos seus aliados... De repente, banqueiros, grandes empresários, economistas que ocuparam cargos importantes na economia brasileira e ex-Presidentes do Banco Central - aliás, o Banco Central, com autonomia agora, aumentou a taxa de juros em 0,75%, de 2% para 2,75%, beneficiando os mesmos

banqueiros credores da dívida - agora subscrevem um documento defendendo a vacinação em massa como caminho para salvar a economia. E parece que o fizeram sob a liderança do Ministro Paulo Guedes.

E aí fica minha indagação. Eu, aliás, quando peguei a cópia do documento, primeiro li quem eram os subscritores, os signatários daquele documento.

Quando comecei a ler o documento, eu acreditei piamente que ao final haveria o lançamento da candidatura do Ministro Paulo Guedes, para conflitar com o negacionismo, com a irresponsabilidade do Presidente da República. Não houve esse lançamento.

Agora, o próprio Presidente da República está completamente isolado. Quando a Oposição se manifestava desta tribuna, exigindo a vacinação em massa, exigindo um socorro maior aos mais desvalidos, não só o Presidente da República mas também muitos da base do Governo, desta tribuna, acusavam a Oposição de alarmista e até de irresponsável em relação à economia.

Mesmo aqueles que defendem a política econômica do Ministro Paulo Guedes, o desmonte do Estado, o Estado mínimo, agora, estão verificando que há uma necessidade urgente da vacinação em massa. E o Presidente da República está acuado! E, mesmo acuado, permanece na mesma trincheira, na trincheira golpista, na trincheira negacionista. Aonde vamos chegar se o próprio Presidente da República deveria ser o primeiro a coordenar o esforço nacional para o enfrentamento da pandemia?

Sr. Presidente, venho a esta tribuna, em nome da Oposição, para acusar a irresponsabilidade do Presidente da República, para denunciá-la, e simultaneamente para cobrar do Ministro Paulo Guedes um posicionamento mais consentâneo com as responsabilidades que ele deve ter, como líder do Presidente Bolsonaro, na condução da economia.

Quero dizer ainda que amanhã é o dia nacional de luta contra as privatizações, contra o desmonte do Estado, com a chamada reforma administrativa. Amanhã, através de vários mecanismos, de vários instrumentos disponíveis, parcela expressiva do povo brasileiro estará dizendo não às privatizações, não à reforma administrativa e um grande não ao Presidente Bolsonaro. Que ele cumpra a sua responsabilidade como Presidente eleito. Ele deveria estar assumindo uma posição de defesa da saúde.

6.2021.N Sessão Outro Evento 25/03/2021-19:20
Publ.: DCN - 3/26/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG
CONGRESSO NACIONAL ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Declaração de voto do PT contrário à aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, a respeito do Orçamento Geral da União de 2021. Protesto contra a retirada da Peça Orçamentária de recursos destinados ao regime de previdência urbana. Retirada de itens novos aos trabalhadores brasileiros do texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Empenho na recomposição das dotações orçamentárias das áreas de educação e saúde. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa. Atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade pelo morte de 300 mil brasileiros em decorrência da Covid-19.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Se puder retomar o tempo, eu agradeço.

Sras. e Srs. Deputados, como V.Exas. viram, diferentemente do que está dizendo o Partido Novo, o Partido dos Trabalhadores votou "não" ao Orçamento, porque este Orçamento - e eu disse isto na minha primeira intervenção - tem a cara do Governo Bolsonaro, que, aliás, o NOVO apoiou no segundo turno, e tem a cara de Paulo Guedes, que é a cara do NOVO também. Portanto, este Orçamento só poderia ter do PT o voto contra, porque ele diminui as verbas da educação, da saúde, da assistência social, do meio ambiente, da reforma agrária. Por isso, o Partido dos Trabalhadores reitera que nós votamos, com muita convicção, "não" a este Orçamento.

Eu queria dizer que a emenda do Partido Novo é mais do que correta. Por isso, uso o tempo de Liderança até para ajudar nesta obstrução. Retirar 11,6 bilhões do regime de previdência urbana é um crime contra os trabalhadores, principalmente porque este Governo fez a tal reforma da Previdência. Eu abro parêntese aqui: o NOVO votou a favor da reforma da Previdência, que retirou direitos dos aposentados, assim como também foi favorável à reforma trabalhista, que retirou dinheiro dos trabalhadores. Então, esta nova oposição que o NOVO faz agora ao Governo Bolsonaro é bem-vinda, mas é tardia. O arrependimento parece-me mais lágrima de crocodilo desse partido do empresariado brasileiro que é o Partido Novo.

Mas, Sr. Presidente, quero falar do Orçamento em si e também das possibilidades futuras. Nós continuaremos, o Partido dos Trabalhadores - e este é o papel da Oposição - diminuindo as perdas

assim que pudermos, a cada minuto. Se nós conseguimos, por exemplo, retirar da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, aquela que fez o ajuste fiscal de Paulo Guedes, vários itens que eram nocivos aos trabalhadores, nós diminuimos as perdas.

Aliás, mais uma vez fizemos isso contra o Partido Novo e o Governo Bolsonaro, que, naquele momento, queriam inclusive desvincular as receitas de educação e saúde.

Agora para frente, nós vamos também continuar com essa insistência. Esperamos que o Governo receba, amanhã, as entidades dos trabalhadores em educação. E vamos, a cada instante, lutar para que seja repostos 1 bilhão que foi retirado da área de educação, centavo a centavo, porque as universidades públicas precisam funcionar, mas sem esses recursos elas podem parar. Nós vamos cobrar também que mais recursos venham para a saúde, porque nós precisamos enfrentar a pandemia. E, para o enfrentamento da pandemia, precisamos de recursos.

Continuaremos lutando para que, por meio de PLNs ou qualquer outra forma, possamos conquistar também o valor de 600 reais para o auxílio emergencial, e não essa bagatela, essa miséria de 250 reais. Repito que também nisso o Partido Novo não faz coro com os trabalhadores. Então, Presidente, não temos nada a comemorar com o Orçamento, infelizmente. Mas vamos continuar cobrando e fazendo nossa oposição, no sentido de minimizar as perdas dos trabalhadores.

Neste minuto que me resta, gostaria de me dedicar também à tal reforma administrativa, que está na Comissão de Constituição e Justiça. É preciso paralisar a tramitação ali. Não tem nada a ver fazer ajuste fiscal em cima do serviço público, desmanchar o serviço público e penalizar os servidores no momento em que se discute a pandemia. Então, quando o Presidente anunciou que vai paralisar por 2 semanas, no plenário, qualquer proposta que não seja relativa à pandemia, isso tem que incluir as Comissões, porque o rolo compressor neoliberal de Paulo Guedes, do Governo Bolsonaro, não pode continuar no Parlamento.

Não acreditamos também que haja por parte do Governo Bolsonaro nenhuma alteração no rumo da pandemia. O Presidente continua o mesmo, negacionista e irresponsável como sempre foi, e, por isso, genocida por mais de 300 mil mortes que ocorreram no Brasil.

Por isso, o PT votou "não" ao Orçamento de Paulo Guedes e Bolsonaro.